

ATA DA 23ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

<p>Data: 15 de junho de 2012.</p>	<p>Duração: das 14h50 às 20h04</p>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Autorização para realização do concurso de provas e títulos para concessão do título de especialista em psicologia – todas as especialidades. 2. Concurso de Especialista em Psicologia do Trânsito. 3. Seminário Álcool e Drogas para além das violações de Direitos Humanos. 4. Distribuição de Processos Éticos. 5. Nova Resolução Credenciamento de Sites. 6. Resoluções: Anuidade 2013 e Ajuda de Custo. 7. Nova Resolução Regimento Eleitoral 8. Encaminhamentos da APAF de maio de 2012. 9. Julgamento dos Processos Administrativos. 10. Credenciamento e Recredenciamento de Cursos de Especialização. 11. Comemoração dos 50 anos da Psicologia. 12. II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. 13. Eleição do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI. 14. Informes sobre Formação. 15. Informe sobre a elaboração de Cartilha sobre a Prevenção de Emergências e Desastres. (MONADES – Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais). 16. Aprovação do Regulamento do Prêmio Monográfico César Ades e da Resolução que cria o prêmio. 17. Informe sobre o andamento da Pesquisa realizada com Psicólogas pelo Instituto ETHOS. 18. Edição Especial do Jornal do Federal. 	<p>DIRETORIA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Deise Maria Nascimento – Secretária 2. Monalisa N. dos Santos Barros – Tesoureira 3. Aluizio Lopes de Brito <p>CONSELHEIROS (AS):</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Heloiza Helena M. A. Massanaro 5. Marilene Proença R. de Souza 6. Ana Luiza de Souza Castro 7. Ângela Maria Caniato 8. Adriana Eiko Matsumoto 9. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues 10. Marilda Castelar 11. Márcia Mansur Saadallah 12. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo 13. Roseli Goffman 14. Sandra Maria F. de Amorim <p>AUSENTES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 15. Humberto Cota Verona 16. Clara Goldman Ribemboim 17. Ana Paula Porto Noronha 18. Maria Ermínia ciliberti 19. Tânia Suely A. Brasileiro 20. Celso Francisco Tondin 21. Flávia Cristina S. Lemos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom center and several smaller ones to the right.

A 23ª plenária do XV Plenário do CFP foi presidida pela conselheira tesoureira Monalisa Barros, que abriu a reunião apresentando justificativa dos ausentes e falando da extensão da pauta. Informou que são 32 pontos e que é necessário definir aqueles que serão discutidos neste dia. Propôs adotar a dinâmica seguida pela APAF, sendo 10 minutos para apresentação de cada ponto, depois se abre um bloco de 5 inscritos com direito a 3 minutos para cada um para debate e esclarecimentos, e, caso haja necessidade, abre-se outro bloco de mais 5 intervenções de 3 minutos cada.

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA CONCESSÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA – TODAS AS ESPECIALIDADES.

O conselheiro Aluizio Brito informou que é realizada, no intervalo de até dois anos, uma prova com todas as especialidades em psicologia, e que excepcionalmente tem sido realizado duas vezes para a psicologia do trânsito. Disse que está no período de realizar mais um concurso de provas e títulos de especialistas, para todas as especialidades da psicologia e pediu autorização deste plenário para que ele seja realizado no final de novembro de 2012. Ressaltou que, até o momento, nesta gestão, este talvez seja o segundo grande concurso e que para a área do trânsito já foram realizados quatro, todos sem custos para o CFP. O conselheiro explicou que a banca é indicada pelo CFP.

A conselheira Monalisa Barros colocou em votação e por unanimidade foi aprovada a realização do concurso de provas e títulos para concessão do título de especialista em psicologia, para todas as especialidades, ainda em novembro deste ano.

CONCURSO DE ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA DO TRÂNSITO. O conselheiro Aluizio Brito afirmou que o CFP está cumprindo a tarefa, deliberada pela APAF, de realizar dois concursos de provas e títulos para a psicologia do trânsito e, já de antemão, defendeu a proposta de continuar com essa prática. Mostrou os resultados do último concurso realizado no dia 04 de dezembro de 2011, em 13 capitais do país, explicando que essas capitais são escolhidas pelo número de inscritos do concurso anterior. Informou que houve 1034

inscritos, sendo 730 pagantes dentre esses, 645 fizeram a prova e apenas 240 foram habilitados. Comunicou que a homologação final foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 20 de dezembro. Disse ainda, que o valor da inscrição para o concurso de especialista custa 150 reais e que a segunda versão desse concurso acontecerá juntamente com as demais especialidades.

A conselheira Monalisa Barros lembrou que esse concurso foi aprovado no conjunto-de todas as especialidades no ponto anterior.

SEMINÁRIO ÁLCOOL E DROGAS PARA ALÉM DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS. A conselheira Ana Luiza Castro lembrou da demanda surgida nas reuniões das comissões regionais de direitos humanos, sobre os pedidos de PJs nos regionais, a qual foi discutida por este plenário que apresentou a ideia de fazer um encontro pré APAF, com representantes da Comissão de Direitos Humanos, das COFs e COEs. Informou que foi feito um primeiro *starte* avaliado que politicamente seria difícil realizar esse encontro antes da APAF. Então, depois da APAF, a conselheira relatou que várias questões foram decididas sobre o tema álcool e outras drogas e que houve uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, na qual surgiu a proposta de unificar duas demandas: o encontro COF e Comissão Nacional de Direitos Humanos e a discussão de internação compulsória e interdição apresentada pela conselheira Maria Ermínia na plenária passada. Apresentou a proposta do seminário, cujo título é "Álcool e drogas para além das violações dos direitos humanos", com data prevista para 17 e 18 de agosto de 2012, ressaltando que a ideia é aprofundar o debate, ampliá-lo para além da demanda do CRP 04 e discutir a resolução que estabelecerá regras mínimas para a atuação dos psicólogos com populações submetidas a tratamentos com privação de liberdade.

A conselheira Monalisa Barros consultou se esse seminário já pode ser incluído na agenda dos 50 anos, a qual indica todas as atividades de junho de 2012 até julho de 2013 e será divulgada em todos os conselhos regionais, lembrando que os 50 anos da psicologia é ano temático.

A conselheira Deise Nascimento questionou se esse seminário, da interdição judicial, é o mesmo seminário proposto pelo CNS, para ser feito junto com o CFESS, pois ontem, em reunião com o CFESS, foi questionada a respeito de como fazer essa articulação para a construção conjunta desse seminário.

A conselheira Ana Luiza Castro explicou que a ideia de juntar os seminários foi da Comissão de Direitos Humanos por considerar que não são temas diferentes e também na tentativa de qualificar os representantes dos conselhos. Disse que a ideia é que no primeiro dia sejam realizadas atividades conjuntas com convidados externos e no segundo dia, atividade interna. Disse que a conselheira Maria Ermínia levará essa proposta para a reunião do CNS, no dia 18 de junho, mas colocou a questão para o plenário decidir se dessa forma facilita ou não.

O conselheiro Aluizio Brito considerou importante que esse seminário tenha o enfoque de qualificar as COFs. Apresentou a proposta de, no primeiro dia, debater sobre a política de forma bem intensa, avaliando os fundamentos da questão e, no segundo dia, focar na discussão da construção de critérios.

Após a discussão o plenário acordou os seguintes encaminhamentos:

- A conselheira Maria Ermínia levará a proposta do Seminário (feita pela CNDH, COF e COE) para reunião do CNS.
- Acrescentar o Seminário na agenda dos 50 anos.
- O evento está sendo organizado pela CNDH. Seminário: "Álcool e outras drogas, para além dos direitos humanos".

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O conselheiro Aluizio Brito apresentou os processos éticos para serem julgados na plenária de agosto. Distribuiu da seguinte forma:

- Processo 866/2012–CRP 06: Conselheiro Celso Tondin.
- Processo 887/2012 – CRP 11: Conselheira Maria Ermínia.
- Processo 1004/2012 – CRP 06: Conselheiro Henrique Rodrigues.

NOVA RESOLUÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE SITES. O conselheiro Aluizio Brito informou que a nova resolução de credenciamento de sites foi apreciada e aprovada pela APAF de maio de 2012 e que precisa ser referendada por este plenário e publicada. Segundo o conselheiro, um destaque para essa resolução é que ela terá 180 dias, a partir da sua publicação, para entrar em vigor, tempo necessário para treinar todo o Sistema Conselhos. Relatou que a lógica dessa resolução é que o CFP atualmente faz a avaliação de sites, tarefa que cabe aos conselhos regionais.

Por unanimidade foi aprovada a nova resolução de credenciamento de sites.

RESOLUÇÃO DE ANUIDADES. A conselheira Monalisa Barros informou que a resolução de anuidades também foi discutida pela APAF de maio de 2012. Explicou que era aprovada a banda máxima e a mínima e que com a nova lei não tem mais a banda. Disse que houve uma longa discussão a respeito do que fazer e verificou-se que na lei diz que o valor pode ser até R\$500,00, Com isso foi decidido aplicar a correção monetária sobre o valor da banda máxima trabalhada pelos conselhos até o ano passado, estipulando o valor máximo de R\$444,53 e cadaconselho regional deverá definir o valor em suas assembleias orçamentárias.

Colocada em regime de votação, a resolução com o novo valor de até R\$444,53 para a anuidade de 2013, foi aprovada com uma abstenção da conselheira tesoureira.

RESOLUÇÃO DE AJUDA DE CUSTO. A conselheira Monalisa Barros informou que a resolução que trata sobre ajuda de custo foi discutida na reunião de tesoureiros e depois aprovada pela APAF de maio de 2012. Relatou que essa questão se deu em função de uma demanda do CRP01, justificando que os conselheiros de Brasília têm o direito de receber o mesmo valor que os outros. A partir dessa demanda abriu-se uma discussão muito maior que culminou na construção da proposta do artigo 79 e 80 da resolução.

Art.79 - As ajudas de custo pagas pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia são destinadas ao ressarcimento de despesas com alimentação e transporte urbano de Conselheiro, convidado, empregado ou prestador de serviços.

Parágrafo único - As despesas com hospedagem, quando necessária, serão providas pelo Conselho que autorizou o serviço, salvo acordo entre as partes.

Art. 80 - Os valores de ajuda de custo serão fixadas por meio de resolução de cada Conselho, tendo como parâmetro os valores de mercado dos serviços a que se refiram.

§ 1º - As ajudas de custo serão pagas conforme a subdivisão nas seguintes categorias:

I - categoria I: as destinadas a cobrir despesas com alimentação e transporte urbano em viagens realizadas fora do município de residência;

II - categoria II: as destinadas a cobrir despesas com alimentação e transporte urbano, realizadas no mesmo município de residência.

§ 2º - Os valores de ajuda de custo estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia serão o limite máximo para os valores estabelecidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia.

A conselheira Monalisa disse que foi recomendado ao GT fazer um estudo a fim de coibir as pessoas que estão recebendo regularmente por trabalhos, por colaborações ao CREPOP ou a outros, conforme vem acontecendo em alguns conselhos regionais. Esclareceu que é uma prática do CFP, independente da resolução, ressarcir o conselheiro que tiver um custo acima das diárias, sempre que ele apresentar os comprovantes. Disse que é importante ficar claro que diária e ajuda de custo têm característica de ressarcimento. A conselheira informou ainda que foi alterado o nome diária para ajuda de custo, mas os valores não foram alterados, apenas sofreu o ajuste anual. Falou que a resolução precisa ser apreciada por este plenário e colocou em regime de votação.

dy.

JK

P.

807

me

JK

TR

Ande

6

O plenário aprovou a resolução que trata da questão de ajuda de custo, com abstenção da conselheira tesoureira Monalisa Barros.

NOVA RESOLUÇÃO DO REGIMENTO ELEITORAL. O conselheiro Aluizio Brito informou que este plenário precisa referendar o novo regimento eleitoral, o qual foi apreciado e aprovado pela APAF de maio de 2012, ressaltando que dessa forma, a eleição será amplamente via internet. Explicou que os conselhos regionais colocarão pontos de internet, chamados de pontos de coleta de voto, em todos os lugares que forem possíveis. Nesses lugares a eleição será por internet e não terá mais a modalidade por correspondência. As pessoas receberão uma senha pelo correio e poderão votar em casa ou no lugar que tiver o ponto de conexão. Já nos lugares que não forem instalados os pontos de coleta de voto, a eleição será por correspondência, por cédula, assim como sempre foi, mantendo garantido o direito do voto a todos os psicólogos. Disse que segundo o assessor jurídico do CFP, o princípio da eleição via internet é o mesmo da eleição por correspondência. Saliou que a eleição via internet se dará de 8 horas do dia 26 de agosto até as 17 horas do dia 27.

Houve debate, as conselheiras Roseli Goffman e Marilda Castelar criticaram e fizeram questionamentos sobre a nova modalidade de eleição via internet, considerando o processo pouco democrático.

A conselheira Roseli Goffman demonstrou preocupação dessa modalidade de eleição correr riscos de ser cancelada, ponderando que deveria ser viabilizada duas maneiras de votação para todos; por correspondência e por internet: quem usa uma, cancela a outra.

O conselheiro Aluizio Brito e a conselheira Monalisa Barros apresentaram esclarecimentos, sanaram dúvidas, lembrando que, na APAF de dezembro de 2011, foi aprovado que a eleição seria na modalidade mista e que o regimento seria apresentado na próxima APAF. Feito isso, após uma longa e tensa discussão, o regimento eleitoral foi aprovado.

O conselheiro Aluizio Brito considerou um avanço democrático e que certamente haverá um grande número de votantes, muito superior ao que já

[Handwritten signatures and initials]

houve historicamente neste conselho, porém não será possível que esse tipo de eleição chegue a todos os lugares do país, pois envolve custo. Explicou que além de acesso à internet com impressora é necessária obrigatoriamente a presença de pelo menos um membro da comissão eleitoral em todos os lugares que tenham pontos de coleta de votos. Relatou que o manual diz ainda que o conselho regional precisa bancar um *no-break* de até duas horas, a fim de manter a eleição em caso de falta de energia, evitando assim que seja anulada. Explicou que eleição nas duas modalidades existe o risco de a pessoa votar duas vezes.

A conselheira Adriana Eiko falou na possibilidade de no lançamento da resolução que regulamenta o regimento eleitoral, planejar uma campanha de esclarecimento, deixando claro aos psicólogos que essa modalidade vai ser implantada gradualmente e explicando que a votação por internet somente acontecerá nas cidades que tiverem pontos eletrônicos instalados, sendo que na primeira eleição não será possível para a totalidade dos votantes, porém, o objetivo é avançar de forma gradual e favorecer cada vez mais a eleição por esse meio.

Como o Brasil é um país muito grande, a conselheira Monalisa Barros comentou que cada conselho regional terá que construir seus próprios critérios e que o CFP não pode legislar pela diversidade do país inteiro.

Após debate e esclarecimentos o plenário aprovou com 7 votos favoráveis e 5 abstenções, o novo regimento eleitoral e conclui o ponto com o seguinte encaminhamento:

- Fazer uma campanha esclarecedora aos psicólogos sobre a implantação gradual da eleição via internet.

A conselheira Monalisa Barros recomendou aos conselheiros assistirem as APAFs de forma online e informou que nesta última houve 339 pontos conectados.

ENCAMINHAMENTOS DA APAF DE MAIO DE 2012. A conselheira Monalisa Barros informou que foi deliberado que todos deverão cumprir a linha do tempo da APAF e que na primeira remessa de material enviada aos conselhos

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

regionais já deverá constar o ponto pronto, com isso os conselheiros deverão se apropriar de todos os encaminhamentos e os responsáveis tomarem as providências necessárias para que o ponto esteja pronto.

A conselheira Deise do Nascimento comentou que todos os encaminhamentos da APAF de maio de 2012 foram enviados a todos os conselheiros por meio da lista do CFPXV. Além das duas resoluções e do regimento eleitoral, já discutidos nesta plenária, destacou os encaminhamentos referentes aos pontos do CNP, álcool e outras drogas e avaliação psicológica e direitos humanos.

Álcool e outras drogas. A conselheira Deise Nascimento informou que o tema foi discutido e houve uma reflexão em torno das atividades que foram planejadas no planejamento estratégico e deliberadas na APAF, que criou o GT, as quais não foram realizadas ou finalizadas. Dentre essas atividades estão a avaliação da campanha; uso de mídias insurgentes na campanha; marcha nacional como parte da mobilização; reposicionamento do Ministério da Saúde em relação à política com maior interlocução entre SUS e SUAS; instrumentalização da equipe técnica para as visitas e credenciamento de instituições e locais de trabalho de psicólogos. A conselheira informou que a proposta aprovada por consenso na APAF foi de extinção do "GT álcool e drogas", e o CFP, com o apoio com Comissão Nacional de Direitos Humanos, se responsabilizará pelas tarefas pendentes listadas acima. Disse que este plenário precisa se organizar internamente para constituir um grupo e continuar a realização dessas atividades, pois elas deverão ser apresentadas e avaliadas na APAF de dezembro de 2012. Ressaltou que há uma observação para a tarefa de reformular critérios para inscrição e certificação das PJs, que trabalham com a temática de álcool e outras drogas, que as COFs possam organizar discussão para trazer uma proposta à APAF de dezembro de 2012.

A conselheira Heloiza Massanaro, coordenadora do GT álcool e drogas, explicou que dentre as atividades, o GT mais insistiu foi com relação à campanha, a qual alguns tinham, inclusive, o entendimento de que era a ação principal, porém ela não aconteceu. Disse que havia a expectativa de uma campanha de grande visibilidade na mídia; na rede Globo, porém por

limitações financeiras foram sendo indicadas possibilidades de trabalhar nas diversas regiões em outras mídias, as chamadas mídias insurgentes, como por exemplo, a TV Universitária. Relatou que uma das primeiras tarefas realizadas pelo GT foi a construção do *briefing*, que inicialmente era longo e o grupo trabalhou no sentido de enxugar e buscar um mote para a campanha. Disse que o mote encontrado não deu sustentação suficiente para essa campanha e ao longo desse tempo foi necessária, também, uma série de textos e ações e que as demandas sociais eram muito mais rápidas do que o GT conseguia trabalhar para trazer para a campanha, que é um processo mais moroso. Diante de todas as dificuldades, surgiu a proposta dos programetes, os quais não atenderam as expectativas. Informou também que dentro dessa campanha havia três focos: trabalhar com os psicólogos, trabalhar com a população e trabalhar com os gestores; o governo. A conselheira ressaltou que a APAF compreendeu que os programetes fizeram parte do processo, reconheceu as justificativas do GT e a importância de tudo que foi construído, mas de fato, ficou ainda essa expectativa.

A conselheira Adriana Eiko avaliou que o site drogas e cidadania tem sido uma ferramenta importante, que, nas outras mídias alternativas, o tema é sempre bem referenciado, além dos vídeos que foram produzidos e são atividades de bastante vulto, que tem se espalhado pelo mundo e tendo boa repercussão. Ressaltou ainda a importância da inspeção realizada nas unidades de internação para tratamento de álcool e outras drogas, cujo relatório oferece subsídios para enfrentar com argumentos sólidos as questões de violação de direitos humanos que tem ocorrido nessas políticas.

A conselheira considerou necessário organizar os encaminhamentos referentes à comissão dos direitos humanos, ao GT Álcool e drogas e a Frente Nacional, já que eles se confundem. Informou que na última reunião da coordenação da Frente ficou decidido que o trabalho seria focado em dois eixos básicos: um deles, a questão do financiamento público, as comunidades terapêuticas e, o outro, a implementação do Plano Nacional de Combate ao Crack, fundamentalmente, pelo uso da Força Nacional nas cidades que estão contempladas no cronograma. Comentou que a implementação do plano já foi

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the initials 'AF', 'JP', and 'SOF'.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

iniciada no Rio de Janeiro, onde mais de 650 pessoas foram retiradas da situação de rua pela Força Nacional e colocadas num abrigo em condições desumanas. A conselheira disse também que a proposta é que a Frente organize audiências públicas nesses espaços em assembleias legislativas do estado ou município ou em universidades, objetivando dar visibilidade ao que está ocorrendo de fato com essa política que está sendo implementada, principalmente com a população de rua e as pessoas que estão sendo retiradas das suas convivências e internadas compulsoriamente ou levadas a abrigos. Ponderou em articular a marcha nacional com a Frente e outros movimentos e levantou o questionamento do que o Sistema Conselhos deve fazer sozinho e do que fazer coordenado com outras entidades.

A conselheira Ana Luiza Castro comentou que a Comissão Nacional de Direitos Humanos não tem nenhum problema em abrir mão dessa tarefa. Considerou que esse é um tema que continua central, com muitas frentes e muitas pessoas envolvidas, porém sem uma articulação deste plenário. Falou na possibilidade de criar uma força tarefa para administrar todas essas questões referentes a esse tema, pois embora já tenha algumas conquistas, há muita tarefa a ser desenvolvida. Informou que o relatório de inspeção ainda não foi lançado em todos os estados e que essa demanda vai continuar. Disse que é preciso pensar no que é prioridade e que a responsabilidade não pode ficar com uma pessoa apenas.

A conselheira Roseli Goffman lembrou que havia feito a sugestão de o CFP criar uma força tarefa na Rio + 20 para verificar o que está acontecendo com as 650 pessoas que foram internadas compulsoriamente em abrigos, no Rio de Janeiro. Considerou importante veicular essa campanha nas mídias alternativas, pois é um meio de levar as idéias do CFP adiante e de fazer dez mil exposições das animações produzidas por este conselho. Concordou que é preciso mais pessoas para esse trabalho, porém não deste plenário, já que todos estão atarefados. Informou que a Procuradoria Geral de Direitos do Cidadão está sendo substituída e sugeriu uma aproximação, considerando as procuradorias um agente parceiro interessante para a questão da internação compulsória. Na opinião da conselheira todas as forças aliadas estão

pulverizadas, fazendo cada uma, uma ação, o que é interessante, mas, por outro lado, o movimento não tem uma coordenação. Considerou que o CFP pode assumir esse papel, mas com alguém que não seja conselheiro.

A conselheira Monalisa Barros pediu a palavra para dizer que uma das questões que estava sendo levantada no ponto de álcool e outras drogas na APAF, foi a participação do CFP nessa Frente. As pessoas achavam que isso não tinha sido acordado no planejamento estratégico conjunto e precisou ficar claro que o planejamento estratégico delibera o mínimo comum de trabalho do Sistema Conselhos, podendo cada conselho fazer o máximo, para além do mínimo. Disse que foi preciso explicar que para além desse mínimo, está a participação do CFP na Frente e que o CFP não investe dinheiro nela. Não concordou com a opinião de que o CFP deva coordenar a Frente, mas que as entidades que a compõem se juntem, pois uma sozinha não consegue dar conta de tudo que está acontecendo em relação ao tema, já que ele está em todos os espaços. Ponderou que o CFP precisa coordenar o trabalho interno e talvez, até traduzir em números, o que as mídias produziram para dar um retorno ao Sistema. Considerou também que é preciso um representante deste plenário para acompanhar a Frente, pois muitas vezes falta interlocução com as pessoas de fora e o CFP acaba perdendo o controle dos fatos.

A conselheira Adriana Eiko informou ainda que a Frente teve reuniões abertas no Congresso da ABRASME em Fortaleza, no Fórum em defesa do SUS em Maceió e na Cúpula dos Povos, onde foram entregues a carta da Frente, chamando para um ato público a fim de discutir essas questões e articulado com outras entidades a realização de uma audiência pública em julho deste ano.

A conselheira Monalisa Barros fez o relato de uma audiência que aconteceu na Câmara dos deputados para tratar dos editais para as Comunidades Terapêuticas, dentro da discussão álcool e outras drogas. A princípio a representante da psicologia era Marisa Lobo, mas houve a intervenção da deputada Érika Kokay que conseguiu colocar o CFP na mesa, sendo representado pelo Marcelo Magalhães, Suplente do CFP no SENAD. A conselheira sugeriu marcar uma reunião presencial com todas as pessoas

envolvidas na temática; Marcus Vinicius, Elisa Zanerato, Marcelo Magalhães, Heloiza Massanaro, Adriana Eiko, Roseli Goffman e representantes do CNDH, com o objetivo de avaliar a situação e dar encaminhamento. Considerou importante fazer um levantamento explícito de tudo que já foi feito em números e encaminhar para todos os conselhos regionais como tarefa cumprida do CFP, encerrando o ponto.

Tal sugestão foi acatada como encaminhamento e foi estipulado que essa tarefa deverá ser cumprida até outubro deste ano.

VIII CNP. A conselheira Monalisa Barros informou que na APAF os eixos foram aprovados com poucas alterações, ficando da seguinte forma: eixo 1 - Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das Formas de Interação com a Categoria; eixo 2 - Contribuições Éticas, Políticas e Técnicas nos Processos de Trabalho; eixo 3 - Ampliação da Participação da Psicologia em Sociedade nas Políticas Públicas. Disse que o regulamento foi aprovado, basicamente como foi proposto por este plenário e as conferências livres na etapa dos pré congressos, também foram aprovadas, mas passaram a ser chamadas "atividades livres". Não foi aprovada a proposta de produção de caderno único pela COMORG, com sistematização das propostas de âmbito nacional produzidas nos pré-congressos, sendo que agora cada conselho regional cuidará das suas próprias proposições.

O conselheiro Aluizio Brito explicou que terão dois cadernos em cada conselho regional; um com as propostas do regional para o regional, e outro do regional para o âmbito nacional, mas que serão apreciados regionalmente. Disse que foi aprovado o limite de 10 propostas por eixo, totalizando o máximo de 30 por Conselho Regional, as quais serão sistematizadas pela COMORG.

A conselheira Monalisa Barros apresentou ainda os seguintes informes sobre os encaminhamentos deste ponto na APAF: Foi aprovado que cada psicólogo poderá participar de pré-congressos de sua escolha, com direito a voz, podendo votar e ser eleito delegado em apenas um deles.

Foi suprimida a figura do observador e deliberado o aumento do número de delegados, na base fixa, de oito para nove. Foi aprovado que os convidados

terão direito a voz, mas não a voto, e a COMORG pensará nos critérios para escolha deles para apresentar uma proposta de lista de convidados na próxima APAF. Com isso, os convidados terão que ser referendados na APAF. Serão 20 estudantes, um de cada região, que virão à etapa nacional do CNP. Eles serão eleitos pelo coletivo de estudantes presentes na etapa regional. A conselheira disse que o cronograma não chegou a ser apreciado na APAF de maio de 2012 e que já havia uma versão aprovada na APAF de dezembro passado, mas a COMORG verificou a necessidade de alterá-la. Relatou que esteve na reunião presencial com o Ministério da Saúde para conhecer o sistema Sisconferência, programa que o Ministério da Saúde usa na conferência nacional de saúde e que está oferecendo aos outros órgãos. Falou que a utilização é gratuita, precisando pagar o deslocamento de dois técnicos para estarem presentes em cada COREP. Explicou que a votação é sistematizada e enviada imediatamente de forma online e segura para o federal. Para utilizar esse sistema, a conselheira informou que foi necessário alterar o cronograma. Mencionou ainda que a APAF não se atentou que no regulamento está previsto que as propostas, antigas teses, devem ser orações únicas, sem encaminhamentos, sendo que agora, a proposição é uma frase única, sem subitens.

O conselheiro Aluizio Brito ressaltou que é necessário que este plenário aprecie e indique os representantes para levar ao CNP. Avaliou que é preciso indicar um conjunto de entidades que o CFP entende como imprescindíveis para estarem no Congresso, como o FENPB e o CONEP, de acordo com consenso alcançado na APAF. Pediu para que os conselheiros mandem indicações para a lista do CFP XV, pois se a resolução for aprovada nesta plenária, será marcada uma reunião com a COMORG, na primeira semana de julho, sendo este um dos pontos da pauta.

Já a conselheira Monalisa Barros considerou não definir os convidados com tanta antecedência e o ponto foi concluído com os encaminhamentos:

- O CFP deverá fazer uma proposta para a COMORG de critérios de lista de convidados para o CNP.

- Os conselheiros deverão mandar sugestões de convidados ao conselheiro Brito, pela lista do CFP XV.

A conselheira Monalisa Barros apresentou o convidado Ricardo Moretzhsen, o qual falou na possibilidade de resgatar a Campanha "Quem financia baixaria é contra a cidadania", propondo conversar com entidades e organizações da sociedade civil interessadas em participar.

JULGAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. A conselheira relatora Cynthia Ciarallo apresentou o processo nº 09/2011 – Recurso do processo nº 007/2010 do CRP 16. Recurso para obtenção do título de especialista em psicologia do trânsito. Leu o relatório expositivo e o conclusivo, no qual a conselheira concede o título de especialista a recorrente.

Em regime de votação, o parecer da relatora foi aprovado por unanimidade.

CREDENCIAMENTO E REcredENCIAMENTO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO. O conselheiro Aluizio Brito apresentou os seguintes processos:

- Processo nº 018/2011. Credenciamento do Núcleo Formador Fundação Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Curso oferecido: Psicoterapias de orientação Psicanalítica. Especialidade: Psicologia Clínica. Este curso teve o parecer favorável da comissão.

- Processo nº 001/2012. Recredenciamento do Núcleo Formador Associação Brasiliense de Psicodrama e Sociodrama, em Brasília-DF. Curso oferecido: Especialização em Psicodrama Clínico. Especialidade: Psicologia Clínica. Obteve parecer favorável da comissão.

- Processo nº 025/2011. Recredenciamento do Núcleo Formador PSICOLOG – Instituto de Estudos do Comportamento. Curso oferecido: Psicoterapia Comportamental e Cognitiva. Especialidade: Psicologia Clínica. Recebeu parecer favorável da comissão.

- Processo nº 021/2011. Recredenciamento do Núcleo Formador Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Construtivista da Faculdade de Educação e Escola de Extensão da UNICAMP. Curso oferecido:

Especialização em Psicopedagogia Construtivista. Especialidade:
Psicopedagogia. Teve parecer favorável da comissão. .

O plenário aprovou por unanimidade os pareceres favoráveis da comissão.

O conselheiro Aluizio Brito comunicou que o processo 024/2011 foi retirado da pauta porque foram identificadas algumas irregularidades. Disse que a comissão pedirá providencias e assim que sanadas será trazido para apreciação deste plenário. Informou que tal processo é referente ao pedido de credenciamento do Núcleo Formador Associação Educacional de Araras, mantenedora do centro Universitário Dr. Edmundo Ulson de Araras – UNAR. Curso oferecido: Especialização em Psicologia do Trânsito. Especialidade: Psicologia do Trânsito.

COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA PSICOLOGIA. A conselheira Monalisa Barros falou das atividades dos 50 anos da psicologia. Informou que o lançamento do premio César Ades não aconteceu na Ulapsi e nem na APAF, como havia sido proposto, mas será lançado no auditório do CRP 06, no dia 27 de junho, com transmissão online para todo o Brasil. Nessa ocasião será feito um tributo ao César Ades, no qual a família dele receberá uma placa de homenagem, *in memoriam*. Monalisa relatou que todas as instituições do FENPB foram convidadas e em reunião telefônica com os conselhos regionais foi combinado que cada um terá uma sala para transmissão online e deverá convidar os coordenadores de cursos de psicologia para acompanhar o evento nessas salas. Ressaltou que, com esse evento, o CFP abre as comemorações dos 50 anos da psicologia no Brasil. Comunicou também que nesse mesmo dia será o lançamento do novo site do CFP. Listou as atividades agendadas para os próximos meses.

- Julho: terá início a exposição da história da Psicologia Brasileira em todos os estados brasileiros, a partir do dia 21 de julho.
- Agosto: haverá um ato solene no Senado Federal, no dia 23 de agosto, com o lançamento do selo comemorativo dos 50 anos. No dia 31, haverá uma sessão solene na Câmara dos Deputados. Também é esperado

para agosto a edição especial do Jornal do Federal. Nos dias 17 e 18 acontecerá o seminário de álcool e drogas para além das violações dos direitos humanos. Além disso, tem ainda a campanha de *outdoor*. Disse que para essa campanha, foi acertado com os presidentes dos conselhos regionais, que o CFP fez a arte e fará a impressão para os pequenos CRPs, já para os grandes (MG, RJ, SP, RS e PR), o CFP cederá a arte, mas cada um pagará pela impressão e cada regional arcará com a veiculação de quantos *outdoors* quiserem.

A conselheira Roseli Goffman observou que um evento para falar da pesquisa da mulher psicóloga não está contemplado, o qual havia sido pensado para o dia 27 de agosto.

A conselheira Monalisa esclareceu que essa agenda está sendo construída e incluiu o debate online sobre a pesquisa da mulher, no dia 27 de agosto. Já a conselheira Heloiza Massanaro sugeriu o lançamento do livro "Drogas e Cidadania" para o dia 12 de julho, na Audiência Pública sobre Medicalização nas Escolas, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Foi mostrado o *outdoor* dos 50 anos da psicologia, os conselheiros apresentaram críticas e sugestões, sendo aprovadas as sugestões de incluir a logo do CFP, dos 50 anos e deixar espaço para a logo de cada conselho regional e alterar a arte do *outdoor* colocando várias mãos segurando o cartão de forma que contemple a diversidade.

A conselheira Monalisa continuou a apresentação da agenda.

- Setembro: de 20 a 22 acontecerá a Segunda Mostra. Dentro dela terá o Prêmio Paulo Freire e, no dia 19 acontecerá o 2º Seminário PSI-PLP (países de língua portuguesa).
- Outubro: haverá um debate *online* falando da edição especial da Revista Ciência e Profissão.
- Novembro: acontecerá o Encontro Nacional do CREPOP. A conselheira comentou que até essa data terá dez referências publicadas. Informou que serão feitas caixas comemorativas dos 50 anos contendo as referências e que

após o lançamento serão distribuídas para todas as bibliotecas, assim como se faz com a revista *Ciência e Profissão*.

- Dezembro: para o dia 10, dia Internacional dos Direitos Humanos, a conselheira Monalisa disse que a proposta ainda será discutida pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos.
- Abril de 2013: dia 27 será a entrega do Prêmio Cesar Ades, que acontecerá junto com um debate *online*.
- Julho de 2013: será publicado o produto final da Pesquisa da Mulher.

A conselheira disse que a agenda não está fechada e, caso a campanha "Quem é a favor da baixaria é contra a cidadania" seja efetivamente retomada, poderá ser contemplada.

II MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA. A conselheira Monalisa Barros mostrou o folder da II Mostra. Informou que as inscrições foram encerradas com 5.129 trabalhos inscritos e 18.470 pessoas inscritas. Mostrou o relatório de inscritos e de trabalhos por estados e países, conforme documento anexo. Disse que os conselhos regionais estão trabalhando na construção das caravanas e que a ideia é que eles priorizem os profissionais de Psicologia que tenham trabalhos aprovados. Pediu aos conselheiros ajudarem seus regionais nessa tarefa e segundo a conselheira será repassado R\$30.000,00 para cada conselho regional pequeno e médio. Salientou que os CRPs não arcarão com as despesas dos profissionais, mas poderão construir uma mobilização para arrecadação de fundos. Como o CRP 05 não tinha licitação para fazer divulgação da própria mostra e nem tinha trabalho inscrito, a conselheira informou que o CFP bancou o folder dele, colocando a mostra do Rio de Janeiro no folder do CFP e o conselho regional pagou a postagem. Comunicou que o CFP enviou por e-mail o folder para os psicólogos brasileiros e que está no ar uma promoção no site da mostra; "Conte para nós o que você está fazendo para ajudar na construção da 2ª Mostra", explicando que quem participa ganha uma camiseta. Pediu a todos os conselheiros para entrarem no site do Minuto PSI e gravar um vídeo de até um minuto, bem como, sempre que possível, chamaras pessoas para fazerem uma gravação. Mencionou que

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J. S. S. X', 'M', 'R', and 'TR']

já tem mais de 80 vídeos gravados. Pediu também para divulgarem o site da mostra.

CFP NA ELEIÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). A conselheira Márcia Mansur disse que este era um ponto da plenária passada, o qual não foi possível discuti-lo e que a eleição já aconteceu – o CFP concorreu e perdeu por questões de articulação. Avaliou que existe uma tensão entre os movimentos sindicais e os Conselhos, considerando que essa discussão ultrapassa o CNAS. Explicou que a oposição e a resistência maior eram do CFESS, não do CFP, que foi chamado para articular com outras entidades, em sua maioria sindicais, porém não aceitou, em consideração à longa parceria com o CFESS. Com a resposta negativa do CFP, a OAB foi chamada e aceitou fazer essa articulação. Relatou que o CFP, bem como o CFESS, tem uma discussão complicada com a OAB, a qual defende entidade privada no SUAS, com isso os dois conselhos ficaram de fora da eleição, mas se posicionaram na plenária do CNAS e elaboraram uma nota conjunta sobre essa eleição e sobre os pontos que defendem. A conselheira considerou necessário avaliar nesta plenária o lugar que o CFP deve ocupar nas plenárias do CNAS; se continua participando como ouvinte ou se solicita a participação oficialmente. Ressaltou que o CFP está muito bem frente ao CFESS e que este tem reconhecido a parceria com o CFP. A conselheira disse ainda que enquanto assistência social, o CFP pode articular em outros espaços, dentre eles o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, do qual já faz parte da coordenação. Informou que a próxima reunião será no dia 30 de junho de 2012, na sede do CFP, na qual será eleita uma Secretaria Executiva, sendo necessário definir se o CFP entra na coordenação desta secretaria e se pretende fortalecer a presença nesse Fórum. Disse que há demanda de alguns psicólogos para que o CFP assuma essa coordenação.

A conselheira Deise Nascimento relatou que na reunião do CFP com o CFESS foi pensado as seguintes estratégias para o CNAS: os dois conselhos se apresentarem como ouvintes a fim de continuar participando da construção da política da assistência social; buscar uma conversa com a CUT, não sobre o CNAS, mas sobre esse processo que está ocorrendo nas entidades sindicais e

identificar parceiros. A conselheira considerou politicamente e estrategicamente importante que o CFP assumira a coordenação do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS.

A conselheira Monalisa Barros apresentou dados do censo SUAS 2011, em anexo e salientou que existem 21 mil psicólogos trabalhando, hoje, na assistência social, sendo por isso, necessário cuidar de perto dessa política. Assim, considerou que o CFP tem a obrigação de assumir a coordenação do Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS, já que perdeu o lugar no CNAS. Solicitou que esses dados sejam enviados aos conselheiros.

A conselheira Marilda Castelar ponderou sobre a necessidade de ampliar as parcerias, principalmente com a ABEP, pensando na formação dos profissionais que atuarão nesses espaços e transversalizar com outras questões. Destacou que é preciso investir de forma qualitativa na formação, principalmente, na questão do estágio, pois só assim a participação do CFP nesse Fórum terá consistência. Ressaltou que a questão da formação específica e qualificada para esses espaços ainda está muito aquém dessas necessidades e precisa ser pensada e planejada.

A conselheira Márcia Mansur comentou sobre o edital do programa "capacita SUAS" do Ministério do Desenvolvimento Social, o qual tem o objetivo de habilitar uma rede nacional de trabalhadores do SUAS e considerou importante divulgá-lo. Falou que é preciso discutir também sobre o Fórum Nacional da Assistência Social, pois é outro espaço importante para o CFP estar presente, porém é preciso avaliar se o CFP tem condições de estar em todos esses espaços ou se nesse momento, concentra a atenção para as questões dos trabalhadores do SUAS. Pediu para divulgar também a nota elaborada pelo CFP e CFESS e sugeriu provocar uma conversa com a FENAPSI, que também levantou essa questão.

Monalisa Barros comentou que os documentos do CREPOP sempre foram vinculados à assistência social e que está em véspera de se produzir mais dois documentos sobre o Cras e o Creas, os quais poderão ajudar no Capacita Suas, bem como pensou na possibilidade de a ABEP ser outro espaço para esse programa, porém o CFP não pode pensar formação somente

20

na graduação, há 21 mil pessoas trabalhando, sendo necessário focar no profissional.

Após a discussão foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- Enviar aos Conselheiros o Censo SUAS.
- Divulgar o edital do programa "Capacita SUAS".
- Assumir o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS.
- Continuar participando do CNAS como ouvinte.
- Divulgar mais a nota conjunta do CFP e CFESS.
- Provocar uma conversa com a FENAPSI.

ELEIÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO DIREITO DO IDOSO (CNDI). A conselheira Deise Nascimento informou que a diretoria do CFP avaliando as condições para assumir mais essa política, deliberou a possibilidade de, ao invés de apresentar candidatura própria, apoiar a do CFESS no Conselho Nacional do Direito do Idoso (CNDI) e interferir nessa política de outra maneira e não com uma representação no Conselho Nacional.

Lembrou à conselheira Monalisa Barros que na última eleição, o CFESS retirou a candidatura para apoiar o CFP, sendo este o momento de retribuir.

A conselheira Sandra Amorim considerou que o CFP deverá articular também com o CFESS a eleição do Conanda, até mesmo em função dos últimos debates, nos quais se falou em retomar a discussão do depoimento especial junto com o CFESS. Disse que esse assunto é pauta do Conanda e que será realizada uma oficina. Solicitou pautar o tema para a próxima plenária com o objetivo de o CFP coordenar essa oficina. Destacou que o CFESS tem debatido sistematicamente esse tema, porém encontra-se ausente do Conanda, no qual é suplente.

A conselheira Deise Nascimento relatou que na reunião com o CFESS a discussão da criança e do adolescente teve foco na questão do depoimento sem dano nos processos contra as resoluções. Houve a proposta de ações judiciais conjuntas do CFESS e CFP e houve o encaminhamento para os assessores jurídicos dos dois conselhos discutirem a possibilidade uma ação declaratória, visando uma decisão definitiva em relação a isso e uma

articulação política com o Conselho Nacional de Justiça, apontando a fragilidade dos Conselhos diante dessas ações e questionando como é que a justiça, como parte interessada, lida com a questão. Ressaltou que o CFESS demonstrou interesse em trabalhar junto com o CFP nessas ações.

A conselheira Monalisa Barros destacou que o CFP foi muito bem recebido pelo CFESS e considerou necessário construir mais pautas políticas coletivas.

A conselheira Marilda Castelar expôs que, por vários motivos, não tem conseguido trabalhar esse tema, considerando muito sensato o encaminhamento dado pela diretoria. Ponderou que o trabalho do CFP com a atenção do idoso possa ter resultado a partir da pesquisa que o CREPOP está fazendo, da produção de referência e da localização de pessoas que estejam trabalhando diretamente com o tema.

O ponto foi concluído com os encaminhamentos:

- Apoiar a candidatura do CFESS no CNDI.
- Articular com o CFESS candidatura no Conanda.

PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES. A conselheira Marilda Castelar apresentou a proposta de solicitar a inclusão deste ponto na próxima reunião telefônica entre presidentes para que não seja necessário que ele volte para a pauta da próxima APAF.

Tal encaminhamento foi aprovado pelo plenário.

INFORME SOBRE FORMAÇÃO. A conselheira Ângela Caniato apresentou informações sobre o encontro que aconteceu dia 23 de março, no CFP, com o grupo da formação, os *ad hocs* e ABEP e sobre o I Simpósio de Psicologia e Formação. Nessa reunião, foi traçada uma linha diretriz para a elaboração do documento definitivo, que de acordo com o Desafio 3, do planejamento estratégico de 2012, deverá ir para o *site* do CFP, e depois difundido no VIII CNP. Informou que o vínculo com a ABEP está sendo intensificado, já que a formação política dos psicólogos parece bastante precária dentro da própria academia. Considerou que a questão da formação no sentido político e ético

22

deva ser inserida em um coletivo, no qual os psicólogos possam dialogar, que seja amplamente discutido na APAF de dezembro de 2012, que chegue ao CNP e aos Conselhos Regionais. Ressaltou que é preciso uma posição do CFP sobre o que se espera da formação política dos psicólogos. A conselheira solicitou que o documento elaborado pelo grupo da Formação seja incluído na pauta da APAF de dezembro de 2012.

A conselheira Deise Nascimento informou que este ponto foi debatido na reunião entre presidentes de maio de 2012 e que o documento foi bem acolhido por todos. Nessa ocasião foi firmado o compromisso de que, quando o documento estiver pronto e for para consulta pública, os Conselhos Regionais serão acionados para que possam construir, em suas regiões, salas de discussão para finalizar o documento a partir das suas referências regionais e depois de debatido integrá-lo aos eventos preparatórios do VIII CNP, como orientador do debate para a formação. Foi falado também na possibilidade de esse documento ser utilizado pelos centros formadores, pelas universidades na elaboração de seus projetos pedagógicos e que ele possa contemplar tanto a dimensão da ciência, quanto a dimensão da ética e do exercício profissional articulado dentro da formação.

INFORME SOBRE A ELABORAÇÃO DE CARTILHA SOBRE A PREVENÇÃO DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES (MONADES - MOVIMENTO NACIONAL DE AFETADOS POR DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS). A pedido da conselheira Clara Goldman, a conselheira Monalisa Barros informou que a cartilha encomendada pelo MONADES está sendo construída. Está sendo elaborado um filmete no mesmo formato do filmete sobre Álcool e Drogas, com os bonequinhos e com desenhos animados. Desse filmete, será produzida uma revista em quadrinhos. São cem municípios onde o programa do pluviômetro será lançado e o lançamento será feito pelos próprios afetados por desastres do MONADES.

APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO PRÊMIO MONOGRÁFICO CÉSAR ADES E DA RESOLUÇÃO QUE CRIA O PRÊMIO. A conselheira Monalisa Barros comentou que o plenário já fez a leitura de todo o regulamento do

Prêmio Monográfico César Ades, passando ponto por ponto e que a única mudança ocorrida foi que, em vez de fazer a inscrição mandando material físico para o CFP, ela será toda feita pelo site.

O regulamento e a resolução foram colocados em votação e aprovados por unanimidade

A conselheira ressaltou que o novo site será lançado no dia 27 de junho.

A conselheira Deise Nascimento apresentou os novos funcionários do CFP: Marta Azevedo Klumb Oliveira, que ocupou a coordenação das relações com a categoria, Adriana Queiroz e Danielle Coenga, assessoras da Coordenação Técnica, e a jornalista Flávia Inhaê Medeiros de Carvalho Silva.

INFORME SOBRE O ANDAMENTO DA PESQUISA REALIZADA COM PSICÓLOGAS PELO INSTITUTO ETHOS. A conselheira Marilda Castelar informou que a primeira fase da pesquisa referente à realização das entrevistas telefônicas foi concluída, faltando o relatório e as análises que serão finalizados no dia 13 de julho e serão divulgados na 2ª Mostra. Falou sobre as etapas da pesquisa e os desdobramentos que estão sendo propostos.

A segunda etapa é muito importante, e deve ser feita paralelamente, porém está dependendo da contratação de um profissional especializado para fazer um levantamento dos dados demográficos do IBGE e uma pesquisa sobre profissões atuais, predominantemente femininas, que mais se aproximem. Essa pesquisa está prevista para começar no segundo semestre de 2012 e foi sugerido que o grupo do CREPOP pudesse interpretar e trabalhar com os dados fornecidos pelo o IBGE.

A terceira etapa, prevista para agosto, é a pesquisa qualitativa, que será realizada nas capitais e para a qual será contratada uma doutoranda para ser moderadora de todos os grupos de pesquisa de todas as regiões do país.

E a última etapa, que também é paralela, é uma pesquisa de bibliografias e de toda a produção na área da psicologia. É um material importante, que poderá ser disponibilizado na BVS-PSI para conhecimento da própria categoria.

A conselheira Marilda Castelar mostrou algumas perguntas da entrevista e após esta exposição o plenário acordou o seguinte encaminhamento:

- Assim que o relatório for finalizado, no dia 13 de julho de 2012, a conselheira Marilda Castelar o enviará aos conselheiros para que todos façam uma leitura prévia e depois uma discussão na plenária de julho.

EDIÇÃO ESPECIAL DO JORNAL DO FEDERAL. A conselheira Ana Luiza Castro apresentou a proposta do jornal, lembrando que é um jornal temático, uma edição especial da 2ª MOSTRA, que terá uma programação visual diferente, matérias escritas de forma diferente, com menos letras para que a leitura não fique cansativa. Disse que o papel será diferente e a ideia é que ele possa ser guardado.

A jornalista Flávia Inhaê ressaltou que a proposta é fazer um jornal com um modelo diferente, menor que o Jornal do Federal, mas do tamanho de uma revista, com reportagens menores e muitas fotos para ser guardado e ficar melhor adaptável às casas das pessoas.

As conselheiras Ana Luiza Castro e Monalisa Barros mostraram a pauta do jornal e justificaram cada ponto. Houve discussão, os conselheiros criticaram e apresentaram sugestões. A pauta com as sugestões foi aprovada e encontra-se anexa a este documento.

A conselheira Monalisa Barros considerou necessário que os textos sejam escritos de forma que torne a leitura fácil e interessante, que fale do cotidiano das pessoas e que fale no viés da mulher psicóloga. Citou como exemplo a Revista Você S/A e o Almanaque da TAM. Ressaltou ainda a necessidade de buscar pessoas que possam escrever nesse formato e sugeriu verificar com Mariana Proença a possibilidade de ela escrever para o Jornal.

INFORMES SOBRE REUNIÃO DE TESOUREIROS. A conselheira Monalisa Barros deu um informe a respeito da reunião de tesoureiros ocorrida no dia 25 de maio de 2012, na qual foi discutida a situação financeira de cada conselho regional. A conselheira expôs preocupação quanto a situação financeira do CRP 15, o qual apresentou problemas, tendo um saldo de R\$56.000,00 para as

despesas de todo o restante do ano. Diante dessa situação a diretoria do CFP convocou uma reunião com a diretoria do CRP 15, na qual houve uma conversa muito séria e foi feito um documento – Termo de Ajuste de Conduta assinado pelos presidentes e tesoureiros do CFP e do CRP 15, bem como pela conselheira secretária Deise Nascimento e pelo Coordenador administrativo financeiro do CFP Gilson de Oliveira, como testemunhas. Foi também instituído que o CFP enviaria uma auditoria ao CRP 15. A conselheira relatou que o coordenador administrativo financeiro Gilson de Oliveira e o assessor jurídico do CFP dr. Fernando Nazaré visitaram o CRP 15 e identificaram diversas irregularidades. Avaliando toda essa situação a diretoria do CFP considerou necessário abrir inquérito, notificar o CRP 15 e dar ciência aos demais regionais a respeito das providências tomadas. Monalisa Barros informou que a auditoria do ano passado prevista para julho no CRP 15 será antecipada e se não houver ajuste, o caso deverá ser levado para o Tribunal de Contas da União (TCU). Ressaltou que é um problema político grave, mas que o CFP precisa tomar as medidas cabíveis, pois caso contrário quem responderá pela situação são o presidente e a tesoureira do CFP. Segundo a lei é o conselho Federal quem responde por todos os conselhos regionais desde que, não notifique o regional. Ao notificar o CFP se isenta.

A conselheira Monalisa Barros informou ainda que a empresa de auditoria contratada pelo CFP foi demitida, ontem, sumariamente, por várias irregularidades, sendo necessário licitação para novo contrato.

A conselheira Roseli Goffman sugeriu contratar uma auditoria internacional.

O plenário acordou o seguinte encaminhamento:

- Fazer uma carta convite a uma empresa de auditoria em caráter emergencial para a averiguação da situação do CRP 15.

A conselheira tesoureira Monalisa Barros encerrou a reunião às 20h04. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Roseli, Deise, and others, along with the number 26.]

presentes acima nomeados e referenciados.

- Plin Henri do Brito*
1. Monalisa Nascimento dos Santos Barros *Monalisa Barros*
 2. Deise Maria do Nascimento *Deise Maria do Nascimento*
 4. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
 5. Heloiza H. Mendonça Almeida Massanaro *Massanaro*
 6. Marilene Proença R. de Souza *Marilene R. de Souza*
 7. Ana Luiza de Souza Castro *Ana Luiza*
 8. Ângela Maria Pires Caniato *Angela Caniato*
 9. Adriana Eiko Matsumoto *Adriana*
 10. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues *Henrique*
 11. Marilda Castelar *Marilda*
 12. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo *Cynthia Ciarallo*
 13. Roseli Goffman *Roseli Goffman*
 14. Sandra Maria Francisco de Amorim *Sandra Maria Francisco de Amorim*

ATA DA 23ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 16 de junho de 2012.

Duração: das 9h25 às 17h40

1. Políticas de Saúde
2. PLs sobre Internações Compulsórias.
3. Próximos passos relativos ao PL 7000/2010 - Perícia Multiprofissional
4. Atestado Psicológico ou Atestado de Saúde
5. Posicionamento sobre o aborto
6. Residência Multiprofissional em Saúde e Representações no MEC
7. Avaliação de testes psicológicos
8. Avaliação para saber se são testes psicológicos
9. Divulgação indevida de testes psicológicos na internet
10. BVS – PSI
11. Comissão Nacional de Direitos Humanos e Comissão da Verdade
12. Avaliação Psicológica e Direitos Humanos
13. Campanha pela regulamentação técnica da profissão
14. Seminário Nacional de Psicologia nos Conselhos de Direito
15. Processo Transsexualizador e assuntos LGBT
16. Resolução 16/2000 que dispõe sobre a realização de pesquisa em psicologia com seres humanos

DIRETORIA:

1. Humberto Cota Verona - Presidente
2. Deise Maria Nascimento – Secretária
3. Monalisa N. dos Santos Barros– Tesoureira
4. Aluizio Lopes de Brito

CONSELHEIROS (AS):

5. Heloiza Helena M. A. Massanaro
6. Marilene Proença R. de Souza
7. Ana Luiza de Souza Castro
8. Ângela Maria Caniato
9. Adriana Eiko Matsumoto
10. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues
11. Marilda Castelar
12. Márcia Mansur Saadallah
13. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo
14. Roseli Goffman
15. Sandra Maria F. de Amorim
16. Ana Paula Porto Noronha
17. Maria Ermínia ciliberti
18. Tânia Suely A. Brasileiro

AUSENTES:

19. Clara Goldman Ribemboim
20. Celso Francisco Tondin
21. Flávia Cristina S. Lemos

Humberto
~~Marilene~~
 Tânia
 Monalisa

(Handwritten signatures and initials)

O presidente Humberto Verona iniciou a reunião comunicando que a plenária terá a participação da convidada Lumena Furtado, na discussão sobre as políticas de saúde. Antes informou que esteve ontem, dia 15 de junho, na cúpula dos povos e que não foram realizadas as atividades propostas, mas que o estande do CFP fez sucesso. Disse que foram realizadas algumas reflexões e diálogos que serão repassadas a este plenário em outro momento e ressaltou a necessidade de pensar em outras formas de participação.

Humberto Verona apresentou a convidada e passou a palavra a ela.

Lumena Furtado se apresentou e falou de suas experiências de quase 30 anos na área de saúde pública. Disse que a ideia é conversar com este plenário sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), as políticas públicas específicas da Saúde, suas relações com outras políticas e com outras possibilidades de projetos políticos no país. Falou sobre a construção do SUS e ressaltou a importância de se ter em mente que a proposta desse Sistema, é hoje um projeto de disputa no Brasil e que foi uma grande conquista a inclusão do SUS como um direito universal na Constituição Federal. Porém tal conquista está sendo ameaçada por essa disputa de projetos dentro da atual conjuntura da sociedade. Falou da necessidade de repolitizar a discussão do SUS nos vários fóruns, nos quais a psicologia participa, desnaturalizar a construção do SUS e perceber os projetos que estão em disputa nesse processo de construção do SUS.

Mencionou três aspectos que considera centrais na discussão do SUS.

1. Disputa pelo modelo de atenção, pela forma de cuidar das pessoas. Comentou que a discussão da saúde está acontecendo no mundo como um todo, porém muito forte no Brasil em função do grande processo de medicalizar a vida, o que reforça um modelo historicamente valorizado, no qual os hospitais tem uma centralidade e vão se tornando eles próprios, um pequeno sistema de saúde. Falou da tentativa em romper com esse jeito de pensar e de cuidar, bem como em buscar investir e trabalhar na rede do SUS com foco na tecnologia leve, que são as tecnologias relacionais, nas quais a psicologia tem um papel absolutamente fundamental, pois o maior desafio é fazer um campo relacional dentro das políticas públicas, a qual tem muitas interfaces importantes.

2. Questão relacionada ao tipo de gestão que se pode fazer para as políticas públicas. Considerou que a gestão do SUS precisa ser 100% pública e realizada pelo poder público e pelo controle social, por meio dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde. Ressaltou que esse controle social tem sido um diferencial importante na concepção de gestão pública, pois garante que de fato, mesmo quando as gestões se afastam da área política, os Conselhos podem ter um papel importante na busca pela continuidade das políticas, inclusive em situações adversas, sendo este fato um grande desafio. Citou as conferências que também são um diferencial na definição das diretrizes. Disse que a gestão pública direta no Brasil coloca várias questões que dificultam a implantação de uma política que seja ágil e de qualidade, sendo este outro grande desafio dos últimos tempos. Lumena Furtado relatou que alguns anos atrás, o governo federal conseguiu formatar uma lei das Fundações Estatais de Direito Privado que em sua opinião é polêmico, mas tem sido fundamental para dar à gestão pública a agilidade gerencial necessária ao processo. Considerou que esta é uma questão importante na revitalização do processo de gestão do SUS, mas é um modelo que está em disputa na sociedade, bem como várias outras questões como, por exemplo, o cuidado com as pessoas em uso abusivo de álcool e droga, no qual pode ser muito necessário a internação voluntária. Citou o município de São Bernardo do Campo que está com uma rede básica totalmente revitalizada e considerou que o CAPs só faz sentido se tiver um serviço 24 horas. Comentou que a mídia mostra o CFP contrário a qualquer tipo de internação.

3. Concluiu falando da necessidade de uma articulação das políticas públicas que promovam melhorias nas vidas das pessoas e chamou atenção para a importância do CFP nessa disputa e de como ele tem sido fundamental nessa discussão. Ressaltou que este Conselho como um ator político importante, que faz interface com todas as políticas, possa ser um diferencial na provocação dos próprios governos, na construção de políticas mais integradas e de serviços e espaços intersetoriais com gestão partilhada e financiamento solidário entre as várias áreas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'AF', 'J.', 'SOF', 'M', 'Aler', 'Lup', 'Auk', 'G', '3', 'J', 'D', 'E', 'YB']

Após a fala da convidada Lumena Furtado foi estipulado três minutos para manifestação de cada conselheiro.

A conselheira Monalisa Barros agradeceu a presença da Lumena Furtado e considerou importante essa apresentação e a provocação sobre a intersectorialidade. Citou as questões da medicalização, da judicialização, da descriminalização da homofobia, do processo transexualizador, da humanização do parto e apontou para a necessidade de discutir essas questões e construir posicionamentos claros sobre elas para que possam ser apresentados sempre que necessário.

A conselheira Marilene Proença falou de duas questões que se inter cruzam; as disputas de modelos de concepção de saúde que centram na individualização dos problemas e o modelo que pensa a saúde na perspectiva da construção de um contexto social e histórico que dê conta dos direitos sociais. Considerou que essa discussão, embora esteja em vários campos, ela ainda não evoluiu, enquanto uma discussão política de fato, sendo ainda muito setorializada e pontual. Segundo a conselheira o grande entrave nesse processo é o orçamento e que a dificuldade de se pensar nesse modelo e em ampliá-lo na direção de uma intersectorialidade esbarra na maneira como ele foi construído e mantido. Questionou como superar esses entraves e disse que embora o CFP seja um parceiro importante nessa discussão, ele é muito atacado por ser considerado sectário.

A conselheira Heloiza Massanaró comentou que o grande desafio é vencer as dificuldades burocráticas ao entrar numa gestão, a qual já tem um processo histórico que ficou parado propositalmente. Refletiu que, entre outras dificuldades, está a questão dos concursos públicos, que é um processo democrático, mas não aponta as pessoas adequadas para fazer avançar o projeto proposto. Também questionou como destravar essas questões e, ainda assim, garantir a gestão pública. Considerou importante ter uma discussão aprofundada e obter maior clareza a respeito do projeto intersectorial.

O presidente Humberto Verona destacou duas questões na fala da Lumena Furtado. Uma refere-se à disputa dos projetos em que de um lado há

propostas de controle sobre os fenômenos humanos, a partir de uma compreensão naturalizante e preconceituosa, que defende a internação compulsória e as intervenções de forma desrespeitosa e que não considera todo o contexto da pessoa. De outro lado há o projeto que construiu o SUS e que constrói várias políticas públicas no Brasil, o qual procura dialogar com a realidade e com as condições de cada um. O CFP bem como a psicologia tem defendido este último projeto, reforçando a necessidade de considerar todos os processos individuais, respeitando as singularidades, mas ao mesmo tempo buscando uma análise crítica dos problemas em todos os espaços, seja na saúde, educação e outros, ressaltando que para avançar nesta articulação é preciso considerar essa concepção. A outra questão que o presidente ponderou é como o CFP pode ajudar a colocar na prática essa concepção. Como a educação, a saúde, a assistência social, o esporte e outras áreas podem dialogar e propor efetivamente algo em comum e que não seja cada uma fazendo uma intervenção separada. Encerrou dizendo ser um desafio construir uma contribuição para a rede psicossocial e que é preciso pensar no conceito de tecnologia leve, relacional para a resolução de problemas, não somente para a rede psicossocial do SUS, mas para todos os espaços onde a medicalização pode ser enfrentada.

A conselheira Ana Luiza Castro expôs a situação da saúde pública no Rio Grande do Sul, lamentando a ausência de serviço substitutivo, de CRAS e CREAS. Disse que é necessário afirmativamente dizer como fazer e apontar alternativas que não sejam internações e manicômios. Pediu para ouvir mais a Lumena a respeito dessa questão.

A conselheira Sandra Amorim pontuou a necessidade de estabelecer o compromisso de fazer essa articulação de dentro para fora do CFP, e de aproximação com a ABEP e outras instituições ligadas à formação. Questionou como trabalhar e delinear caminhos interligados com todas as áreas envolvidas nessa política. Em sua opinião, o caminho está na formação, na graduação e na pós-graduação.

A conselheira Roseli Goffman mencionou a pesquisa da mulher, a qual revelou o número significativo de 32% de psicólogas que trabalham na área da saúde. Comentou que o plano de saúde privado é o que vigora atualmente e que é preciso lutar pelo direito à saúde pública e fazer campanhas direcionadas a toda a população em geral. Concordou com as articulações das políticas intersetoriais e também com a necessidade de garantir condições de articulação com a Organização Social da Saúde (OSS) sobre orientação e controle social, pois vê possibilidade de avanço por meio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal. Ressaltou que, em uma sociedade democrática, não há como instaurar controles para poder operar nos três sistemas de serviços e de atendimento à saúde.

Já a conselheira Marilda Castelar pediu mais informações de Lumena a respeito das tecnologias sensíveis, sobre o que a psicologia pode oferecer de diferente para o desenvolvimento dessa política. Pediu também um panorama das relações ministérios/ Conselhos e Ministérios/ Movimentos Sociais.

Lumena Furtado fez algumas considerações. Falou sobre a medicalização da vida, da indústria farmacêutica, que são hoje um dos polos crescentes do capital, não só do Brasil, mas em todo o mundo. Em relação à discussão do modelo, reforçou que um é em defesa da vida e outro coloca o foco na doença. Disse que é preciso pensar na proposta que promove mais a vida e defender projetos terapêuticos singulares, que não corram o risco de massificar. Considerou o financiamento solidário um desafio, mas também uma possibilidade e citou o Território da Paz, como sendo uma experiência positiva na produção da intersectorialidade. Lembrou que o SUS é um direito público, garantido pela constituição Federal, mas tem o setor privado como complementar. Falou da diferença entre público e estatal e explicou como funciona a OSS. Lumena expôs sua defesa em prol da fundação estatal de direito privado, considerando que é preciso fazer a disputa da modernidade gerencial por dentro do público, sem abrir mão dele. Garantiu que as conquistas alcançadas em São Bernardo do Campo se deram em função da fundação estatal. Falou sobre a rede de álcool e drogas e da importância de transformar os CAPs em 24 horas, ressaltando que o CFP pode ajudar nessa

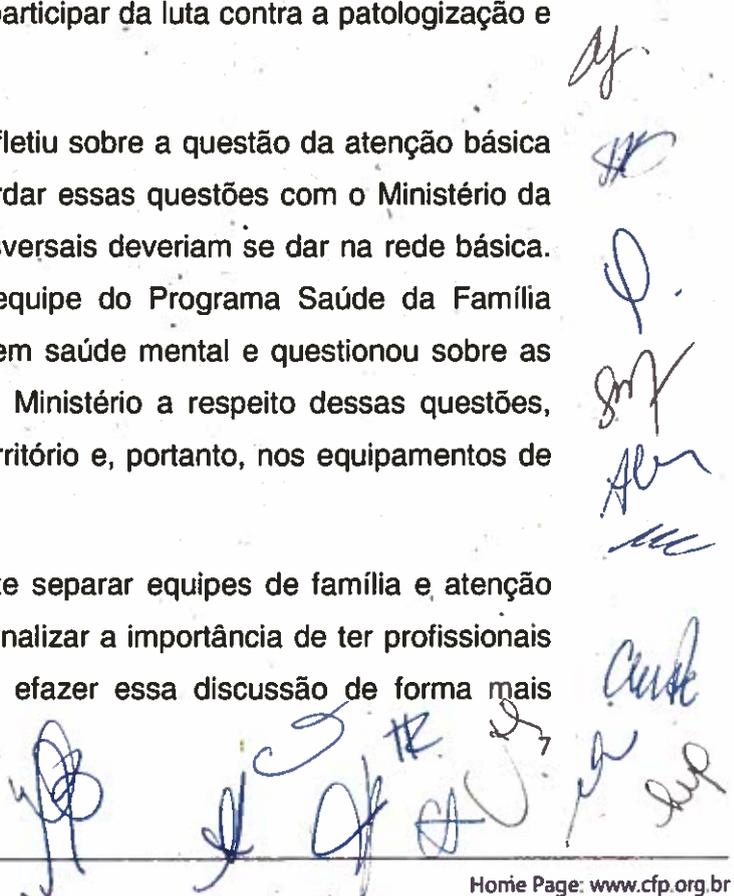
[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]

disputa. Disse que o Ministério da Saúde incorporou as moradias transitórias ou casa de acolhimento transitório na sua política, financiando quase todo o serviço, na qual o CAPs é a única porta de entrada. Considerou ainda que os consultórios de ruas são de fácil implantação e que valeria a pena serem reforçados. Opinou também no sentido de que o CFP deve começar a falar e expor mais sobre o que considera favorável em relação a rede de álcool e drogas, pois é visto como um movimento do contra. É importante dizer que o CFP é a favor de uma rede que tenha serviços 24 horas, que atenda as pessoas, que acolha, que tenha moradias transitórias e a possibilidade de internação quando necessária. Concordou com a questão da formação e considerou que a psicologia tem condições de ajudar a qualificar a discussão referente as tecnologias leves e a produzir, por meio de discussões do CREPOP, ferramentas mais consistentes para o trabalho dos agentes comunitários de saúde. Falou do processo de formação para os agentes comunitários em Cuba e reforçou a necessidade de discutir melhor essa questão. Ainda comentou que o Ministério da Saúde é uma multiplicidade em si e uma potencia importante para a promoção da política da saúde, mas apresenta muitos equívocos e contradições na condução. Para finalizar, chamou atenção para as questões do transexual, ressaltando que é uma área importante para a psicologia entrar e participar da luta contra a patologização e em defesa do direito de ser diferente.

A conselheira Maria Ermínia refletiu sobre a questão da atenção básica e disse que há dúvidas de como abordar essas questões com o Ministério da Saúde, já que 80% das políticas transversais deveriam se dar na rede básica. Comentou sobre a composição da equipe do Programa Saúde da Família (PSF), a qual não tem especialistas em saúde mental e questionou sobre as possibilidades de interlocução com o Ministério a respeito dessas questões, tendo em vista, que a aposta é no território e, portanto, nos equipamentos de atenção básica.

Lumena considerou interessante separar equipes de família e atenção básica. Disse que o Ministério deve sinalizar a importância de ter profissionais de saúde mental na atenção básica e fazer essa discussão de forma mais



aprofundada. Mostrou-se contra a criação de uma norma no Ministério que estabeleça a obrigatoriedade de ter psicólogo na equipe de saúde da família. Considerando a desigualdade do país, será uma regra impossível de ser cumprida. Em sua opinião só é possível fazer uma rede psicossocial inteira, com a saúde mental incluída na atenção básica, observando os vários desenhos que podem ter nos diferentes lugares. Refletiu que o CFP tem hoje condições de discutir e produzir juntamente com o Ministério da Saúde formas de incentivar a inclusão de profissionais da saúde mental, não necessariamente psicólogos, na atenção básica.

O presidente Humberto Verona agradeceu a Lumena pela contribuição e sugeriu continuar a discussão da pauta com os pontos da saúde, priorizando os temas que precisam de um posicionamento mais urgente.

PLs SOBRE INTERNAÇÕES COMPULSÓRIAS. A conselheira Maria Ermínia informou que a diretoria pediu às comissões priorizarem os PLs que precisariam ser acompanhados e que em uma discussão com a Comissão de Direitos Humanos foi avaliado que é necessário um posicionamento a respeito das internações compulsórias e que dentre todos os PLs de interesse da psicologia que tramitam pelo Congresso Nacional, no momento, é preciso priorizar e concentrar forças para trabalhar essa questão. Disse que há também três PLs propondo alterações na lei 10.216, para o qual o CFP já se posicionou dizendo que não é o momento para tal.

Humberto Verona informou que o deputado Osmar Terra tem sido um dos líderes do movimento a favor dos PLs, que o grupo está se organizando, já aconteceram várias audiências públicas. Propôs fazer a leitura dos PLs, identificando a linha de argumentação e defesa de cada um e buscar atores parceiros para constituir uma frente parlamentar aliada com o objetivo de enfrentar o debate e defender as ideias e concepções do CFP no Congresso Nacional a respeito das internações compulsórias e das redes substitutivas.

Para ajudar a organizar as ações de acompanhamento dos PLs, a conselheira Monalisa Barros julgou necessário definir as prioridades. Considerou que a estratégia é ter atenção para identificar a ação e intervir

imediatamente e que além de participar das audiências públicas agendadas pelo grupo da oposição, é preciso também provocar e produzir outras em conjunto com o grupo aliado do CFP. Sugeriu que esse encaminhamento fosse destinado a todos os outros PLs, lembrando que o CFP conta com um funcionário responsável pela assessoria parlamentar, o qual deverá manter o plenário atualizado.

A conselheira Maria Ermínia sugeriu deixar a organização da frente parlamentar a cargo da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos, já que ela criou um grupo jurídico, o que foi acatado pelo plenário.

A conselheira Ana Luiza informou que na discussão sobre álcool e outras drogas, no dia 15 de junho de 2012, foi formado um coletivo por Adriana Eiko, Heloíza Massanaro, Roseli Goffman, Maria Ermínia e um representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos para ser responsável e acompanhar essa temática. Propôs que essa discussão seja remetida a esse coletivo e que ele articule juntamente com a Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos.

PRÓXIMOS PASSOS RELATIVOS AO PL 7000/2010 PERÍCIA MULTIPROFISSIONAL. Maria Ermínia falou sobre a questão da perícia multiprofissional na seguridade social, a qual se dá com médicos, porém no momento estão entrando os assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, mas ainda assim é preciso ter um movimento grande envolvendo o Conselhinho e outras categorias para fortalecer essa discussão, pois é uma área de impasse e os médicos estão bem organizados. Informou que não teve conselheiros do CFP nas audiências da Previdência, o que era necessário para avaliar a retomada e a importância de avançar na concepção da questão multiprofissional para todas as questões. Ressaltou que as reuniões do INSS são difíceis e lembrou que o CFP priorizou entrar nas 25 comissões do Conselho Nacional de Saúde.

Humberto Verona sentiu falta de saber mais sobre PL 7000/2010 e questionou quais foram as mudanças. Maria Ermínia respondeu que alterou a questão de perícia médica para perícia em saúde.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the letters 'M', 'P', and 'S'.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including the name 'Verona'.

Humberto Verona fez a leitura do artigo 42 e Maria Ermínia informou que o deputado Berzoini tem vários projetos de lei que tratam da perícia dentro de um movimento que visa a humanização dessa prática. É neste movimento que está acontecendo uma interlocução para a incorporação da equipe multiprofissional dentro da Previdência Social como uma condição *sinequa non*, para se humanizar a perícia. Informou que a perícia no Brasil está sendo reestruturada, informatizada e o piloto já começou em três macrorregiões do Rio Grande do Sul. Disse que há uma sugestão de se trabalhar com classificação de funcionalidade ao invés do CID. Ressaltou que é emergente neste momento decidir se o CFP participará dessa interlocução no Congresso em prol da aprovação das mudanças neste PL.

Humberto Verona falou da possibilidade de levar essa pauta ao Conselhinho, e consultou se o plenário concorda com o modelo de perícia multiprofissional e da necessidade de ter uma pessoa para acompanhar esse PL.

Além de concordar em apoiar o PL 7.200 dentro do Conselhinho, a conselheira Monalisa Barros sugeriu ainda buscar um parlamentar que possa construir um projeto alterando atestado médico para atestado de saúde, já que trata-se da mesma problemática da perícia multiprofissional e também porque o CFP vem recebendo várias críticas e questionamentos sobre essa questão. Considerou que se o CFP tiver uma resolução dizendo que reconhece o psicólogo perito em saúde, poderá fortalecer a discussão do PL 7.200 e também a articulação para a alteração do atestado.

Humberto Verona ressaltou a necessidade de ter alguém para cuidar do assunto, acompanhar o PL e pensar em construir o papel do psicólogo na perícia de saúde.

Maria Ermínia sugeriu buscar um profissional da área da saúde, que não seja conselheiro, para coordenar esse trabalho, fazer uma oficina fechada da Comissão de Saúde, antes da 2ª Mostra, convidando pessoas de outras áreas que já estejam trabalhando na questão para construir uma proposta, a qual deverá ser apresentada em uma próxima plenária, juntamente com o nome do

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Monalisa', 'Humberto', and 'Maria Ermínia', along with the number '10']

indicado para a coordenação. Ressaltou que é preciso entender que a profissão de perito é função de Estado e que precisa ser por meio de concurso público.

A conselheira Monalisa explicou que esta questão sobre a perícia foi levantada pelo CRP 01, na APAF passada, em função de um edital que será publicado pelo Ministério do Planejamento para um grande concurso, cujo salário é muito alto, e que só poderão concorrer à vaga de perito em saúde as categorias que tiverem uma resolução do seu conselho. O CRP 01 apresentou uma minuta de resolução, a qual foi avaliada pelo Dr. Fernando, assessor jurídico do CFP, que fez um parecer com algumas modificações.

Humberto Verona fez a leitura do parecer elaborado pelo assessor jurídico, considerou necessário maiores esclarecimentos sobre o assunto e sugeriu fazer essa discussão em outro momento.

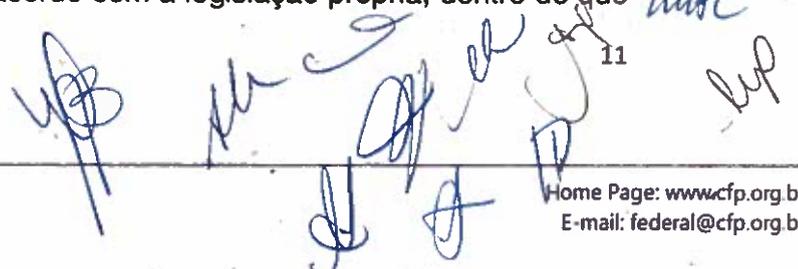
Monalisa propôs suspender a discussão e até o final da tarde tentará construir juntamente com a Divisão de Relações com Instituições Públicas do CFP uma proposta de resolução para ser aprovada ainda neste dia. Disse que é uma questão urgente de âmbito do CFP, para evitar a exclusão do psicólogo nos próximos concursos públicos.

Como há perito em diversos espaços, o presidente pediu calma na elaboração da resolução, pois ela deve atender a todos os tipos de perícia.

A proposta apresentada pela conselheira Monalisa foi aprovada e caso a resolução não seja concluída neste dia, deverá ser encaminhada aos conselheiros por meio da lista do CFP XV.

ATESTADO PSICOLÓGICO OU ATESTADO DE SAÚDE. A conselheira Heloiza Massanaro relatou a dificuldade de colocar em pauta essa discussão no Conselhinho. Disse que é uma discussão bastante delicada, a representação da medicina é forte e existe um acordo de que assuntos polêmicos ou assuntos sobre o ato médico ou questões correlatas não se discutem lá dentro, mas conseguiu abordar o assunto dizendo que o CFP propõe atestado de saúde e não atestado de psicólogo, o que assegura a cada profissional fazer o atestado de acordo com a legislação própria, dentro do que

11



Ihe compete. A proposta foi negada, mas o CFESS e COFFITO se propuseram a levar a pauta para suas plenárias. Avaliou que muitas profissões não tem muita clareza com relação à forma como se percebem enquanto profissionais da saúde ou mesmo não têm interesse em avançar nessa discussão.

Considerando a dificuldade de conseguir avanços via Conselhinho, Humberto Verona propôs buscar o FENTAS ou outro espaço de articulação das profissões, em que a medicina não tenha muito poder, ressaltando que essa discussão faz parte do conjunto de questões de enfrentamento ao ato médico e leva em consideração também a questão da responsabilidade que tem um profissional ao emitir um atestado. Lembrou que o atestado psicológico já existe por meio de uma resolução do CFP, porém o problema é que nem as empresas públicas nem as privadas o reconhecem. Hoje, a Justiça só reconhece o atestado profissional do médico e do dentista. Afirmou a necessidade de um debate, no qual possam ser avaliados todos os prós, os contras, o que é importante, o que ganha o usuário, a população e os trabalhadores com o atestado multiprofissional e reforçou a proposta de buscar um espaço para o debate e tirar uma posição coletivamente. O presidente deixou claro que sua defesa é em prol do atestado multiprofissional e não da discussão do atestado psicológico separadamente.

Embora considere ideal atestado em saúde, mas com toda a dificuldade de articulação com as outras categorias, a conselheira Maria Ermínia defendeu a proposta de elaboração de um PL aprovando o atestado psicológico. Ressaltou que há uma cobrança por parte da categoria, sendo necessário uma resposta urgente do CFP sobre a questão.

O conselheiro Henrique concordou que provisoriamente e politicamente o melhor caminho é investir na proposta de aprovação de atestado psicológico, o que respaldará a vida profissional do psicólogo. Disse que se trata de uma discussão mais ampla, que de alguma maneira, o atestado psicológico aponta para uma questão que é colocada dentro do ato médico e caso este seja aprovado, o atestado psicológico fica inviável.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H', 'J.', 'SM', 'M', and 'H']

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'UP', 'J', 'W', '12', 'R', 'J', and 'J']

Já a conselheira Heloiza Massanaro sugeriu unir forças com as profissões interessadas e que já estão convencidas da necessidade de atestado de saúde, como é o caso do CFESS e COFFITO, para juntos construir o projeto para aprovação. Dessa forma, julga ser mais rápido conseguir o desejado.

Maria Ermínia ponderou sobre a viabilidade de um projeto que contemple uma ou outra profissão. Viu necessidade de esclarecimentos do assessor jurídico.

A conselheira Ângela Caniato considerou necessário cuidado e cautela, pois é uma situação complexa que envolve três níveis: a categoria, o CFP enquanto regularização legal de determinadas atitudes e medidas da profissão e aceitação social do trabalho do psicólogo, que na opinião da conselheira ainda é muito precária; a psicologia ainda não é uma profissão reconhecida socialmente. Por isso, não vê possibilidade de um projeto interno ter resultado positivo tão rapidamente.

Humberto Verona reafirmou a dificuldade de um projeto de atestado psicológico tornar prioridade no Congresso Nacional, o CFP não tem força suficiente para aprovar tal projeto, porém poderá ser feito como uma estratégia provisória para dar uma resposta à categoria. Citou a reformulação da lei 5.766, que tramita no Congresso há 3 anos e ainda não foi aprovada.

Na opinião da conselheira Marilene Proença é interessante uma articulação com os outros conselhos, até mesmo em função da discussão do ato médico e considerou a possibilidade de articulação em um primeiro momento e como segundo passo, gerar uma proposta mais legislativa. Propôs a criação de um movimento para fazer essa articulação com cronograma e tempo determinado a fim de não se perder dentro da grande demanda do CFP e ao mesmo tempo avaliar com os outros conselhos a possibilidade de um projeto legislativo.

Humberto colocou em votação as propostas apresentadas.

1. Proposta de atestado psicológico.

2. Proposta de atestado de saúde.
3. Proposta de começar dois movimentos ao mesmo tempo: de articulação com os outros conselhos e articulação com o legislativo.

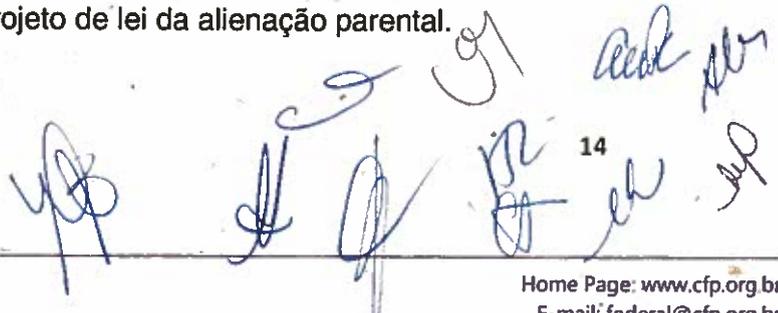
O plenário acatou a proposta 3 e decidiram que o assessor jurídico e o assessor parlamentar do CFP deverão elaborar a minuta do PL do atestado psicológico e buscar parlamentares que possam apoiar. Paralelamente os conselheiros deverão se articular para conversar e buscar parceria dos outros conselhos profissionais. Após esta articulação, marcar uma reunião entre as assessorias jurídicas dos conselhos interessados.

Foi decidido que a conselheira Heloiza Massanaro será responsável pela articulação com os outros conselhos profissionais e contará com a ajuda da conselheira Monalisa Barros.

POSICIONAMENTO SOBRE O ABORTO. A conselheira Roseli Goffman relatou sobre um questionamento do CRP de São Paulo a respeito do posicionamento do CFP em relação à alteração do Código Civil, que foi mencionada em uma matéria do jornal Folha de São Paulo, do dia 10 de março de 2012, intitulada *Grupo aprova liberação de aborto com aval de psicólogo*. Juntamente com a COTEC redigiu um parecer com diversas referências sobre a questão do aborto. Leu o parecer que apresenta a posição do CFP em relação à descriminalização do aborto em anexo e abriu-se o debate.

A conselheira Marilda Castelar lembrou que esse é um tema recorrente neste plenário e reforçou a importância de levar o posicionamento do CFP para o Conselho da Mulher. Apoiou o posicionamento apresentado e considerou fundamental ter respaldo para responder a todas as demandas relacionadas as alterações do Código Civil.

Na opinião da conselheira Cynthia Ciarallo é preciso ter uma ação relacionada à manifestação dos juristas na questão da alteração do Código Penal e manifestou preocupação com a ideia de inserção do psicólogo nesse tipo de avaliação, lembrando do projeto de lei da alienação parental.



A conselheira Maria Ermínia reforçou a necessidade de um posicionamento público para dar referência e respaldo à atuação dos psicólogos. Se o documento for aprovado, sugeriu fazer uma versão resumida para colocar no site. Considerou que o psicólogo é o profissional mais adequado para fazer essa avaliação e há necessidade de capacitação. Questionou como produzir referências para qualificar esse trabalho.

A conselheira Cynthia questionou se a palavra avaliação é a mais adequada para o lugar do psicólogo dentro desse projeto e o que significa fazer uma avaliação psicológica no contexto do aborto. Refletiu que uma alternativa pode ser mesmo a qualificação e esclarecer o que seja essa avaliação.

Colocada em regime de votação, a nota de posicionamento público do CFP em relação à descriminalização do aborto foi aprovada com abstenção da conselheira Ângela Caniato.

Humberto Verona falou dos caminhos que esse manifesto deverá percorrer e comunicou que ele já pode ser divulgado publicamente. Foi decidido que as conselheiras Roseli Goffman e Marilda Castelar cuidarão de indicar os espaços importantes para ser divulgado. Também foi tirado como encaminhamento, pautar em outra plenária o projeto de lei que altera o código penal.

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE e REPRESENTAÇÕES NO MEC. A conselheira Maria Ermínia comentou que dentre a série de questões trabalhadas no CFP, a residência multiprofissional se perdeu, mas é importante retomar o assunto. Falou da questão das indicações e que em determinado momento político, por diversas questões, foi chamado representantes da psicologia para compor as câmaras técnicas do MEC que estão avaliando as residências multiprofissionais, porém todas as indicações ficaram apenas com a ABEP. Ressaltou a importância de avaliar essas indicações e de o CFP ser representado nessas câmaras, pois somente o titular e o suplente terão o registro, poderão entrar no sistema e dar parecer. Informou que são seis câmaras (1. apoio diagnóstico e terapêutico; especialidade cirúrgicas, 2. câmara técnica intensivismo, urgência e

Handwritten signatures and initials on the right margin:
AB
ff

Sof
m
I

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
UPB
J
A
D
15

emergência, 3. atenção básica, saúde da família, comunidade e saúde coletiva, 4. saúde mental, 5. saúde funcional e 6. saúde animal) e que hoje não existe mais residência em psicologia ou em serviço social; é uma mesma discussão. O MEC criou algumas residências multiprofissionais na área da saúde e citou o fato de o CFP não ter uma resolução específica para a residência multiprofissional. Disse que foi feito um convite a psicóloga do Rio Grande do Sul, Maria Cristina Carvalho da Silva, para ajudar o CFP a elaborar a resolução, já que este estado é hoje o local com maior número de residência profissional, porém ainda não houve resposta. A conselheira esclareceu que são dois pontos a serem tratados; a questão da resolução e as indicações para as câmaras do MEC. Considerou a possibilidade de elaborar uma nova resolução, mantendo a anterior que trata das residências em psicologia (resolução CFP nº 15/2007).

Humberto Verona avaliou a possibilidade de unificação, manter em uma única resolução o reconhecimento da participação da psicologia nas residências multiprofissionais e garantir também a residência em psicologia. Relatou que recentemente, o MEC passou a exigir que as residências sejam feitas em parceria apenas com as Instituições de Ensino Superior – IES, antes era aberta as escolas de saúde públicas, o que acarretou grande problema para os estados que tem parcerias com essas escolas do SUS, hoje impedidas de fazer as residências. Enfatizou que esse problema precisa ser discutido nas Câmaras e este plenário precisa construir uma defesa. Falou da diferença entre a residência multiprofissional e a médica, a qual é toda vinculada a um hospital sem necessidade das instituições de ensino e que possui também uma bolsa de maior valor. Acrescentou ainda a informação de que na residência multiprofissional não existe a figura do médico. O presidente propôs refazer o convite à Maria Cristina Carvalho da Silva, para que ela possa ajudar na atualização da resolução CFP nº 15/2007.

Caso a Maria Cristina não possa contribuir, a conselheira Maria Ermínia indicou Ana Lopes ou Graça Marchina para ajudar nessa tarefa, e Anice Holanda para coordenar. O propósito é tentar apresentar um resultado na

Handwritten signatures and initials on the right margin:
- Top: A signature that appears to be "Ana"
- Middle: Initials "AR" and "XO"
- Below: A signature that appears to be "SM"
- Bottom: A signature that appears to be "J. M."

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
- A large signature on the left
- A signature in the middle
- A signature on the right
- The number "16" is written in the center of this block
- A signature on the far right

próxima APAF. Pediu para deixar claro que a residência multiprofissional está dentro do campo da saúde.

Em relação às câmaras técnicas, a conselheira Maria Ermínia disse que é preciso avaliar em quais é fundamental a participação do CFP.

Humberto Verona relatou que na gestão passada, as representações nas Câmaras Técnicas do MEC foram delegadas à ABEP, com o entendimento de que era uma temática ligada à formação. Atualmente, o grupo da saúde apresentou a esta diretoria a queixa de que as Câmaras hoje estão discutindo assuntos de interface com a saúde e o CFP não está se inteirando dessa discussão e nem indicando representação. Considerando tal queixa, a diretoria do CFP fez uma reunião com a diretoria da ABEP, na qual foi acordado repactuar a questão das representações e promover um fórum ou um encontro presencial das representações de todas as áreas da saúde, como uma maneira de qualificar as intervenções nas comissões e criar um sistema de diálogo e integração entre as diversas representações nas Câmaras Técnicas que tratam da saúde. Disse que a proposta é substituir os nomes que estão nas representações ou referendar outros que devem ser mantidos e avaliar a possibilidade de convidar outras entidades como, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH).

A conselheira Maria Ermínia informou que o MEC está esperando indicações do CFP e que há vagas para as duas entidades: ABEP e CFP. Falou dos nomes indicados, sugeriu que os titulares indiquem os suplentes e a plenária aprova.

Humberto Verona apresentou um quadro com os nomes das câmaras e indicações de representantes, os conselheiros avaliaram e indicaram outros, como segue abaixo:

- Câmara de apoio diagnóstico e terapêutico, especialidades cirúrgicas: Andréa Torres – INCOR/SP.
- Câmara de intensivismo, urgência e emergência: Jaqueline Maia – Psicologia hospitalar do hospital de Salvador.

- Câmara de atenção básica/saúde e família e comunidade/saúde coletiva: Marcelo Arinos – Escola de saúde pública.
- Câmara de saúde mental: Marcela Lucena – Coordenação de saúde mental – PE.
- Câmara de saúde funcional: verificar duas indicações do Miguel Maia: Wagner Sousa – UFF ou Simone Carvalho – Fiocruz.
- Câmara de saúde animal: Patrícia Izar, se ela não puder, solicitar uma indicação dela.

Foi decidido que a conselheira Maria Ermínia será a responsável em organizar um encontro, a partir de agosto, com todas as representações de todas as câmaras técnicas ligadas ao tema da saúde e, depois desse encontro, criar uma rede articulada para permanente contato entre eles.

AValiação de teste psicológico. A conselheira Ana Paula Noronha apresentou o teste Escala de Avaliação da Motivação para Aprender de Alunos do Ensino Fundamental – EMA-EF, informando que o parecer da comissão consultiva de avaliação psicológica e dos pareceristas *ad hocs* foram favoráveis, considerando o instrumento teste psicológico.

Em votação o parecer foi aprovado por unanimidade.

AValiação para saber se são testes psicológicos. A conselheira Ana Paula relatou que o CFP recebeu a demanda de avaliar se o teste psicométrico comportamento – PDA (PersonalDevelopmentAnalysis) é teste psicológico e, portanto privativo do psicólogo ou se é instrumento que pode ser utilizado por outros profissionais. A Comissão Consultiva julgou se tratar de um teste psicológico, mas, no momento, não deve ter o parecer favorável, até que os autores encaminhem o material para avaliação.

O plenário aprovou por unanimidade o parecer apresentado pela relatora.

DIVULGAÇÃO INDEVIDA DE TESTES PSICOLÓGICOS NA INTERNET. A conselheira Ana Paula expôs a situação, dizendo que é um problema que o conselho vem enfrentando há muitos anos. Trata-se da disponibilização integral

de alguns instrumentos na internet, inclusive com formas de correção ou até mesmo com dicas de como devem ser respondidos para alcançar aprovação em concursos públicos. Informou que juntamente com a COTEC pensou algumas ações que poderiam ser feitas para colaborar com a diminuição ou a coibição desse tipo de ação. Apresentou as propostas para avaliação do plenário:

1. Verificar a possibilidade de ajuizar uma ação liminar para determinados sites brasileiros ou sites que têm filiais brasileiras, como Mercado Livre, UOL, Correio WEB e outros, retirarem esses materiais dos portais.

2. Realizar uma campanha educativa e esclarecedora, voltada para a população no sentido de esclarecer incorreções, banalização das respostas e informações que constam nesses sites.

3. Orientar os psicólogos por meio de matéria no Jornal Federal e redes sociais com o objetivo de ressaltar o compromisso ético com os instrumentos de trabalho e afirmar que o Conselho está tomando providências devidas, já que há muitos sites de psicólogos para esse fim. Orientar também sobre como aplicar os testes e estabelecer rapport, informar sobre a complexidade dos métodos e técnicas de avaliação, possíveis vieses na análise dos resultados e outros.

4. Incentivar os psicólogos a denunciarem sempre que encontrarem essas fontes de informações (blogs, páginas do Orkut, facebook), pois diante de uma denúncia muitos conteúdos são bloqueados.

5. Por sugestão da Assessoria Jurídica do CFP, buscar fortalecer a parceria com a Polícia Federal, Polícia Civil e Ministério Público da mesma forma como foi feito na ocasião do PMK.

O conselheiro Henrique sugeriu ainda incluir e intensificar um trabalho com os sites de buscas, como o *google* e protocolar na justiça algum documento proibindo a divulgação desses materiais.

Diante das propostas apresentadas, os conselheiros opinaram.

Handwritten signatures and initials:
Alor
Af.
*
Sof
TR
J.
M

Handwritten signatures and initials:
J
J
A
19
J
M

A conselheira Ângela ressaltou que não apoia qualquer vínculo da psicologia com a polícia. Em sua opinião, polícia significa a chamada violência legítima e violação de direitos humanos.

Esclarecendo, a conselheira Monalisa disse que tal vínculo não existe, apenas foi feita uma reunião com a Polícia Federal para tratar do PMK. Disse que a proposta de parceria é no sentido de buscar ajuda para a fiscalização.

Já a conselheira Maria Ermínia apresentou dúvidas em relação a constitucionalidade, da questão de restrição às informações. Apoiou as campanhas.

Ana Paula justificou dizendo que a legislação do CFP prevê que o instrumento psicológico seja privativo do psicólogo, não aberto. A proposta retrata o que está vigente, que é a não divulgação do material psicológico exclusivo do psicólogo.

A conselheira Marilene ponderou que não cabe ao CFP incentivar denúncias, estas devem ser feitas na medida em que as pessoas perceberem que aquelas questões postas são inadequadas.

A conselheira Ana Paula propôs melhorar a redação para ficar mais apropriada a ideia. A ideia é que as pessoas tenham consciência e clareza de que reproduzir manual de teste, na internet, não é uma ação legal, ressaltando o código de ética.

Após discussão e esclarecimentos o plenário aprovou por consenso as propostas 2 e 3.

Em relação à primeira houve duas proposições: uma de consultar a assessoria jurídica e retornar o resultado ao plenário e a outra fazer a consulta e proceder as tomadas de decisões indicadas pela ASJUR. As duas propostas foram colocadas em votação, sendo esta última aprovada pela maioria; fazer a consulta e dar continuidade ao trabalho.

As propostas 4 e 5 foram excluídas.

sugeriu a inclusão da BVS-PSI no portal, criticou o fato de ter muitos artigos em inglês e reforçou a necessidade de valqizar as produções brasileiras.

Maria Ermínia considerou necessário informar e orientar os psicólogos sobre o portal.

COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E COMISSÃO DA VERDADE. A conselheira Ana Luiza Castro relatou que o assunto a respeito da Comissão da Verdade, no âmbito da Comissão Nacional de Direitos Humanos, estava parado aguardando a nomeação da Comissão, fato que aconteceu há 45 dias. Durante a reunião Nacional de todas as Comissões, há mais ou menos 6 meses, o tema foi abordado e alguns CRPs mais próximos do tema (CRPs 04, 06, 07, 10,12) fizeram duas telerreuniões para avaliar o tipo de participação nesse processo, mas foi uma discussão muito incipiente. Informou que há 10 dias, aconteceu a reunião da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), na qual houve uma ampla discussão, reforçando a importância de priorizar o tema e a necessidade de passar a limpo o passado dessa história. Falou ainda que houve uma reunião da Comissão da Anistia, na qual a Maria Auxiliadora Arantes foi a representante do CFP e como um tema prioritário, nacional e internacional, a conselheira disse que não existe muita clareza de como o CFP enquanto autarquia poderá ajudar, porém existe uma grande demanda para que ele entre na discussão. Informou que nesta reunião houve a sugestão para que o presidente do CFP faça um contato formal com a Comissão Nacional da Verdade, tornando público o interesse e a vontade do CFP em participar do processo. Disse que é preciso organizar essa discussão neste plenário e que enviará o relatório completo da reunião da CNDH aos conselheiros.

A conselheira Ângela Caniato informou que participa de uma comissão municipal em Maringá – PR, criada para acompanhar a comissão da verdade.

Também em São Paulo, no dia 11 de junho, a Câmara Municipal fez uma sessão solene, de abertura da Comissão da Verdade no município de São Paulo, a qual recebeu o nome de Vlademir Herzog, informou a conselheira Marilene Proença que participou representando o CFP. Disse ainda que está

sendo desenvolvido um projeto para instauração de uma Comissão da Verdade na Universidade de São Paulo.

A conselheira Maria Ermínia sugeriu vincular a discussão da saúde mental às questões da Comissão da Verdade e da tortura. Disse que houve uma reunião com Ivan Seixas, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), em São Paulo, com o objetivo de fazer um levantamento das pessoas que foram sequestradas e colocadas dentro de manicômios. Questionou se é papel do CFP ou se é melhor apoiar alguma entidade para fazer essa atividade. Falou ainda que existe uma demanda para Franco da Rocha e Juqueri que deve ser avaliada para decidir se o CFP entra ou não. Explicou que a contribuição do CFP seria falar da questão, tanto das pessoas que foram, no passado, colocadas em manicômios, como as torturas que acontecem hoje, e fazer o link para a Comissão Nacional de Direitos Humanos.

Segundo informação da conselheira Adriana Eiko, na referida reunião, houve o encaminhamento de juntar os trabalhos da Frente Antimanicomial Parlamentar com a Comissão da Verdade.

A conselheira Roseli Goffman comentou que o grupo Tortura Nunca Mais está totalmente sem financiamento e considerou que a Comissão da Verdade começará a promover profundas alterações na subjetividade com relação às questões da tortura e terá repercussão tanto para o passado quanto para o futuro. Refletiu se é interessante para o CFP fomentar ações de grupos organizados da sociedade, que já tenham um histórico, uma produção ou um mapeamento do que a Comissão da Verdade busca e resgatar a aliança do CFP com o grupo Tortura Nunca Mais. Considerou um momento importante de transformação e que o poder da aliança é extremamente agregador para essas forças organizadas pela sociedade.

A conselheira Monalisa Barros explicou que o assunto foi debatido pela primeira vez em 2010, na gestão passada e no momento da transição um dos pontos em pauta era o posicionamento do CFP em relação à Comissão da Verdade. Desde então muita coisa aconteceu e também não aconteceu, mas

neste momento em que o assunto tem espaço para se efetivar, a diretoria conversou e delineou algumas propostas para serem debatidas pelo plenário e também pela CNDH. Disse que a proposta é trabalhar em três eixos:

1. Concurso de ensaio temático para provocar os psicólogos a pensarem e produzirem textos sobre a ditadura militar e o processo de institucionalização da psicologia como ciência e profissão no Brasil.
2. Reconhecimento dos nexos factuais sobre os usos políticos da psicologia pelo regime militar, o que seria uma encomenda para os dois grupos que têm se debruçado sobre o tema: o Grupo Tortura Nunca Mais e o Instituto Silvia Lane, que, juntos com a CNDH, escrevam um projeto para esta proposta.
3. Produzir sinopses biográficas de psicólogos e estudantes de psicologia atingidos de alguma forma pelo regime militar. A proposta é provocar os CRPs para estarem abertos a receber os relatos e que o CFP constitua uma comissão para a realização desta atividade. De posse desse levantamento, produzir um relatório a ser ofertado à Comissão Nacional da Verdade, como uma contribuição da psicologia brasileira. Disse que a expectativa é que esse relatório seja finalizado a tempo de ser lançado no dia Internacional dos Direitos Humanos, dia 10 de dezembro.

Monalisa Barros falou também sobre as duas mesas propostas pela CNDH para a 2ª Mostra:

1. Experiência latino-americana no enfrentamento a situações de tortura e violência, inclusive, com a presença do convidado Edgar Barrero, da Cátedra Livre Martín-Baró.
2. Comissão da Verdade no Brasil com Maria Rita Khel e Cecília Coimbra.

A conselheira Marilene Proença considerou necessário avaliar cuidadosamente como construir esse processo de ouvidoria, incluindo esses espaços nos conselhos regionais. Sugeriu a leitura do livro "Memórias Del Dolor" de Ignacio Dobles Oropeza (Costa Rica), que fala das várias Comissões da Verdade da América Latina. Informou que no número especial da Revista

Ciência e Profissão terá um artigo sobre o tema escrito pela Maria Auxiliadora Arantes.

A conselheira Ângela Caniato foi convidada e aceitou coordenar a Comissão dos Ensaio Temáticos. Falou de um livro que recebeu do Ministério da Justiça "68, a Juventude que quis mudar o mundo", no qual aborda um artigo da Cecília Coimbra sobre a tortura. Além dos manicômios, sugeriu incluir na pesquisa outras instituições de internação.

Segundo o presidente Humberto os CRPs serão orientados para incluírem na pesquisa relatos que envolvam outras instituições de internação. Sugeriu solicitar formalmente ao Ministério da Justiça alguns desses exemplares. Pediu providências ao NAPG. Ressaltou que as propostas serão feitas em parceria com a Comissão Nacional de Direitos Humanos.

A conselheira Ana Luiza reforçou a importância de que esse tema vire uma Política Nacional do Sistema Conselhos e sugeriu enviar um ofício assinado pelo presidente do CFP aos CRPs, bem como pautar a questão para reunião de presidentes.

Foi decidido que as conselheiras Ângela Caniato, Ana Luiza Castro e Roseli Goffman serão responsáveis pela tarefa. Decidiu-se ainda que as Conselheiras Adriana Eiko e Maria Ermínia vão articular com a Comissão da Verdade do Estado de SP, convidar a CDH do CRP 06 para uma parceria e juntos construir uma proposta para a situação de Franco da Rocha e Juqueri.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E DIREITOS HUMANOS. A conselheira Ana Luiza justificou que pautou este ponto em função da aprovação na última APAF, de uma interface entre a Comissão Nacional de Direitos Humanos e a Comissão Nacional de Avaliação dos Testes Psicológicos. Falou que a CNDH já conversou a respeito, inclusive sobre a Escala Hare e está interessada em pensar critérios de direitos humanos para o mundo e que é preciso discutir como operacionalizar e criar estratégias para essa interface.

O presidente Humberto Verona relatou como se deu a discussão do ponto na APAF, na qual foram apresentadas várias propostas que colocariam

em risco toda a construção do CFP no campo da avaliação psicológica, pois propunham a destituição da Comissão de Especialistas em Avaliação de Testes Psicológicos e que a APAF indicaria outros nomes. Disse que foi uma discussão tensa, porém, no final, se chegou à proposta de a CNDH ajudar o CFP na construção de critérios para a composição do grupo de especialistas, que deverá ser apreciada na APAF de dezembro de 2012. Na discussão daquele momento, foi colocada também a importância de incluir, nesse grupo, profissionais que trabalham na área de avaliação psicológica. Com isso, Humberto ressaltou a necessidade de aproximação entre essas duas temáticas, pensar e avaliar os critérios a fim de manter os profissionais do campo da avaliação psicológica e incorporar discussão dos direitos humanos. Informou que até a próxima APAF foi decidido a manutenção da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica da forma como está atualmente. Julgou que o ano da Avaliação psicológica provou que é possível este diálogo.

O conselheiro Aluizio Brito considerou que a discussão desse ponto na APAF foi transformada em questão política, uma vez que os critérios já foram aprovados pela APAF. Disse que o CFP não vê nenhum problema em mexer na Escala Hare, principalmente na direção dos direitos humanos, porém é preciso encontrar o melhor caminho e não ir contra os critérios já construídos por este coletivo. Ressaltou que o sistema de avaliação de testes do CFP é referência mundial, que o trabalho da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica é muito qualificado e que ela sempre esteve aberta a todas as solicitações do CFP e da APAF, portanto pediu cautela e cuidado com a forma de construir, desde os critérios, essa transição.

Segundo relato da conselheira Ana Paula Noronha o momento é muito difícil para a Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica, o sentimento presente é ruim e manifestou uma efetiva preocupação com o que tem acontecido com a Comissão. Falou da nota redigida por esta Comissão em resposta a forma desrespeitosa com que ela foi tratada na lista da Avalpsi. Registrou que a construção dos critérios para avaliação de testes psicológicos foi uma demanda da APAF, bem como a constituição de um grupo de trabalho para esta função, porém o GT não conseguiu se organizar e os critérios

aprovados pela APAF foram feitos apenas pela Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica, sem nenhuma contribuição do GT, contudo essa Comissão é questionada no sentido até mesmo de ser destituída. Comentou que é muito pequena a parcela da população de psicólogos que se identifica com a área, porém toda a categoria se sente muito proprietário dela, ainda que não tenha domínio e competência técnica. Considerou necessário pensar a respeito dessa questão e em como colaborar com a Comissão e não buscar destruir tudo o que ela já construiu.

A conselheira Monalisa Barros reafirmou o encaminhamento da APAF passada que diz assim: *"Na Apaf de dezembro de 2012, o GT apresentará qualificação dos critérios para a composição na CCAP e, com base nisso, será reavaliada a composição, se necessário"*. Considerando que todos os critérios de direitos humanos foram provocados pela Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica, a conselheira propôs como estratégia pedir que a própria Comissão descreva como devem ser os critérios para a composição, quais as competências necessárias e levar para a APAF como uma proposta do CFP. Sendo aprovados os critérios construídos pela própria Comissão, não haverá necessidade de mudar a composição. Ressaltou a importância do reconhecimento e do respeito ao SATEPSI.

O presidente Humberto Verona acrescentou que é preciso pedir também contribuições para a Comissão Nacional de Direitos Humanos. Afirmou que o documento com os critérios para se fazer uma avaliação psicológica foram aprovados pela APAF e que a discussão deste momento é a estratégia para a construção dos critérios para a composição da Comissão de Avaliação.

O ponto foi concluído com o encaminhamento de se fazer uma agenda conjunta entre CNDH e CCAP, sendo as conselheiras Ana Paula Noronha e Ana Luiza Castro as responsáveis pela questão.

CAMPANHA PELA REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA DA PROFISSÃO. A conselheira Monalisa Barros informou que foi aprovada na APAF a realização de uma campanha para a regularização técnica dos psicólogos brasileiros e que ela deve ser atrelada às comemorações dos 50 anos da psicologia brasileira. A campanha deve esclarecer que para exercer a profissão, além do

diploma é preciso estar inscrito e adimplente com o conselho. Foi votado e aprovado que a campanha tem por objetivo liberar de multas e juros, e possíveis descontos aos psicólogos que regularizarem suas anuidades até 31/12. Para isso, deve ser operacionalizado, por meio de uma resolução do CPF, sem obrigatoriedade de execução da campanha, mas com possibilidade para cada regional. Cada CRP vai consultar sua assessoria jurídica e tomar decisão de realização da campanha. A retirada de multa, juros concessão de descontos será a critério de cada Conselho Regional, ouvida sua assessoria jurídica. Com esse encaminhamento ressaltou que o CFP terá que construir a referida resolução e provavelmente será necessária uma plenária telefônica para deliberar sobre ela.

A conselheira Marilda Castelar falou em agregar a essa campanha a campanha de comemoração dos 50 anos e sugeriu ampliá-la para os gestores de órgãos públicos que contratam profissionais sem inscrição nos CRPs.

Concordando com a ideia, a conselheira Maria Ermínia sugeriu ainda notificar os gestores, já que eles têm a obrigação de proteger a população que está sendo atendida.

Humberto Verona listou os pontos de pauta ainda para discutir, elegendo as prioridades.

Considerando a complexidade do assunto, o conselheiro Henrique Rodrigues pediu para discutir a psicoterapia no primeiro ponto da próxima plenária.

SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA NOS CONSELHOS DE DIREITO.

A conselheira Márcia Mansur informou que o seminário Nacional de Psicologia nos Conselhos de Direito foi agendado para o dia 10 de outubro de 2012, em função da disponibilidade do Pedro Pontual, já que a presença dele é muito importante. Disse que este seminário entrou na programação dos 50 anos da psicologia brasileira, tornando-o um projeto maior. A proposta é fazer uma publicação, pedir aos participantes que façam um texto para ser publicado e convidar o Boaventura de Souza Santos para marcar uma nova ação, que é trabalhar o controle social e a democracia. A ideia é que a publicação saia junto

com o seminário. A conselheira informou ainda que o Pedro Pontual sugeriu convidar a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para uma parceria, considerando que após o seminário, a intenção é dar continuidade à proposta e fazer uma capacitação à distância para os psicólogos que estão nos Conselhos, no controle social de alguma forma. Disse também que há a proposta de fazer uma pesquisa formal sobre a inserção dos psicólogos em todos os conselhos de direito; municipais, estaduais e nacional. Sugeriu priorizar esta questão no planejamento estratégico de 2013, destinando um recurso para essa pesquisa. A proposta é que o seminário seja online e caso o Boaventura de Souza Santos não possa participar presencialmente, a conselheira Márcia propôs gravar uma fala dele para ser apresentada no evento.

PROCESSO TRANSEXUALIZADOR E ASSUNTOS LGBT. Marilda Castelar relatou sobre um seminário ocorrido no Ministério da Saúde, o qual tratou do processo transexualizador e assuntos LGBT. Disse que o seminário foi tenso, o movimento social ficou indignado com a forma como as questões foram postas. Havia profissionais da psicologia, dos serviços de referência desse processo, diferentes posições tanto do ponto de vista da patologização como do extremo oposto da despatologização. Houve crítica do movimento social em relação à forma como as avaliações psicológicas são feitas para atender esse processo. Depois desse seminário foi realizada uma reunião telefônica com a participação do Pedro Paulo Bicalho, na qual se chegou à proposta de reivindicar a participação do CFP na Comissão do Ministério da Saúde que fará a revisão da portaria 457, que define o processo transexualizador. Caso o plenário aprove esta proposta, é necessário elaborar um ofício solicitando tal participação. Disse que o grupo pensou em indicar a Sandra Sposito para representar o CFP nessa Comissão e sugeriu também a criação de uma comissão *ad hoc*, composta pela Ana Ferri, Sandra Sposito, Ana Uziel, Pedro Paulo, Ângelo Brandelli (indicado pelo Pedro Paulo), Celso Tondin e Marilda Castelar para acompanhar a discussão da diversidade sexual, na qual o tema emergente é o processo transexualizador. Mostrou uma carta aberta elaborada pelo movimento social contra a patologização das identidades trans pelo SUS e

pediu avaliação do plenário se assina ou não a carta. Disse que a Ana Ferri avaliou e propôs algumas alterações no texto. Durante a leitura o plenário apresentou sugestões e também fez alterações na carta como segue em anexo.

A conselheira Marida Castelar disse que a proposta é abrir essa discussão com um debate online, convidando para ele, o Ministério da Saúde, o movimento social e os profissionais vinculados a essa temática.

Humberto Verona sugeriu reunir um grupo que contemple todos que queiram participar e construir propostas para intervenções.

A conselheira Marilda esclareceu que o grupo já elaborou propostas, porém ainda não fez o relatório para ser apresentado. Falou que a proposta é aprovar a carta com as alterações, fazer debate online até agosto de 2012 e convidar *ad hocs* para acompanhar o tema LGBT e colaborar sempre que for necessário.

O plenário aprovou as propostas apresentadas, e foi pedido ao NAPG para verificar a disponibilidade de agenda para realizar o debate até agosto de 2012.

RESOLUÇÃO 16/2000 QUE DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM PSICOLOGIA COM SERES HUMANOS. Humberto Verona relatou que a resolução 16/2000 foi elaborada pelo CFP para orientar a pesquisa em psicologia, a partir dos parâmetros dispostos na resolução 196 do Ministério da Saúde. Porém a resolução do CFP foi questionada pela ANPEPP em uma reunião do FENPB há mais ou menos 3 anos, no sentido de que os pesquisadores da psicologia estavam se sentindo impedidos de fazer uma série de pesquisas, pois os critérios estavam muito focados na saúde e desconsiderando questões importantes das ciências humanas no geral. Diante disso, a ANPEPP elaborou um documento bem embasado, o qual foi discutido e avaliado, na época pela plenária, como pertinente e por isso, fez o compromisso de revogar a resolução, entendendo que não há necessidade dela, já que existem resoluções no Brasil que organizam a pesquisa. O presidente afirmou que houve concordância do CFP em relação ao documento

31

da ANPEPP, porém esse fato não consta nos registros do CFP. Pediu então, ao plenário, a revogação da resolução e colocou em votação.

Por unanimidade, o plenário aprovou a revogação da resolução do CFP 16/2000, com o encaminhamento de retirá-la do site.

Levando em consideração o excesso de trabalho, a saída da conselheira Mariana Torres, a ausência da conselheira Clara Goldman e do conselheiro Celso Tondin, neste período, por uma série de necessidades pessoais, o presidente Humberto Verona informou que, conforme avaliação da diretoria, se faz necessário um reforço para este plenário e para a própria diretoria. Apresentou a proposta de convidar o conselheiro Aluizio Brito a incorporar a diretoria. Esclareceu que ele não assinará como diretoria, mas participará como conselheiro convidado.

Assim que o conselheiro Aluizio Brito aceitou o convite de colaborar com os trabalhos da diretoria, o plenário aprovou por unanimidade.

A diretoria sugeriu ainda a incorporação de três convidados para colaborar no desenvolvimento dos trabalhos deste plenário. São eles: Maria Marques, que já foi conselheira federal, a primeira presidenta do CRP 13 e é uma pessoa de referência na ABEP. José Humberto da Silva Filho, da Universidade Federal do Amazonas, indicado pela conselheira Ana Paula Noronha devido ao seu envolvimento com a avaliação psicológica e o indicativo do nome de Deise Xavier, que já foi conselheira do CRP 04.

O plenário aprovou as indicações, com uma abstenção do conselheiro Aluizio Brito e decidiu que, caso Maria Marques não possa aceitar o convite, se convide Nazaré Zenaide, que também já foi presidenta do CRP 13 e fez parte da Comissão de Direitos Humanos. Caso José Humberto não possa, convidar José Maurício, da Universidade Federal de Pernambuco e se a Deise Xavier não puder convidar André Leonardi, que já foi tesoureiro do CFP.

Com relação à resolução que trata da perícia, a conselheira Monalisa Barros sugeriu discuti-la também na mesma reunião telefônica, cuja pauta é a resolução da Campanha para a regularização técnica dos psicólogos

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

brasileiros. Informou que durante a 2ª Mostra, dentro do estande do CFP, haverá espaço, que será amplamente divulgado, para lançamento de livros. A expectativa é que sejam lançados em torno de 200 livros durante todo o evento.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 17h40. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

- Fin hora do print*
1. Humberto Cota Verona _____
 2. Monalisa Nascimento dos Santos Barros *Monalisa Barros*
 3. Deise Maria do Nascimento *Fin hora do print*
 4. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
 5. Heloiza H. Mendonça Almeida Massanaro *Massanaro*
 6. Marilene Proença R. de Souza *Marilene R. de Souza*
 7. Ana Luiza de Souza Castro _____
 8. Ângela Maria Pires Caniato *Ângela Caniato*
 9. Adriana Eiko Matsumoto *Adriana*
 10. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues *Henrique*
 11. Marilda Castelar *Marilda*
 12. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo *Cynthia Ciarallo*
 13. Roseli Goffman *Roseli Goffman*
 14. Sandra Maria Francisco de Amorim *Sandra*
 15. Ana Paula Porto Noronha *Ana Paula*
 16. Maria Ermínia Ciliberti *Maria Ermínia Ciliberti*
 17. Tânia Suely Azevedo Brasileiro _____
 18. Márcia Mansur Saadallah *Márcia Saadallah*